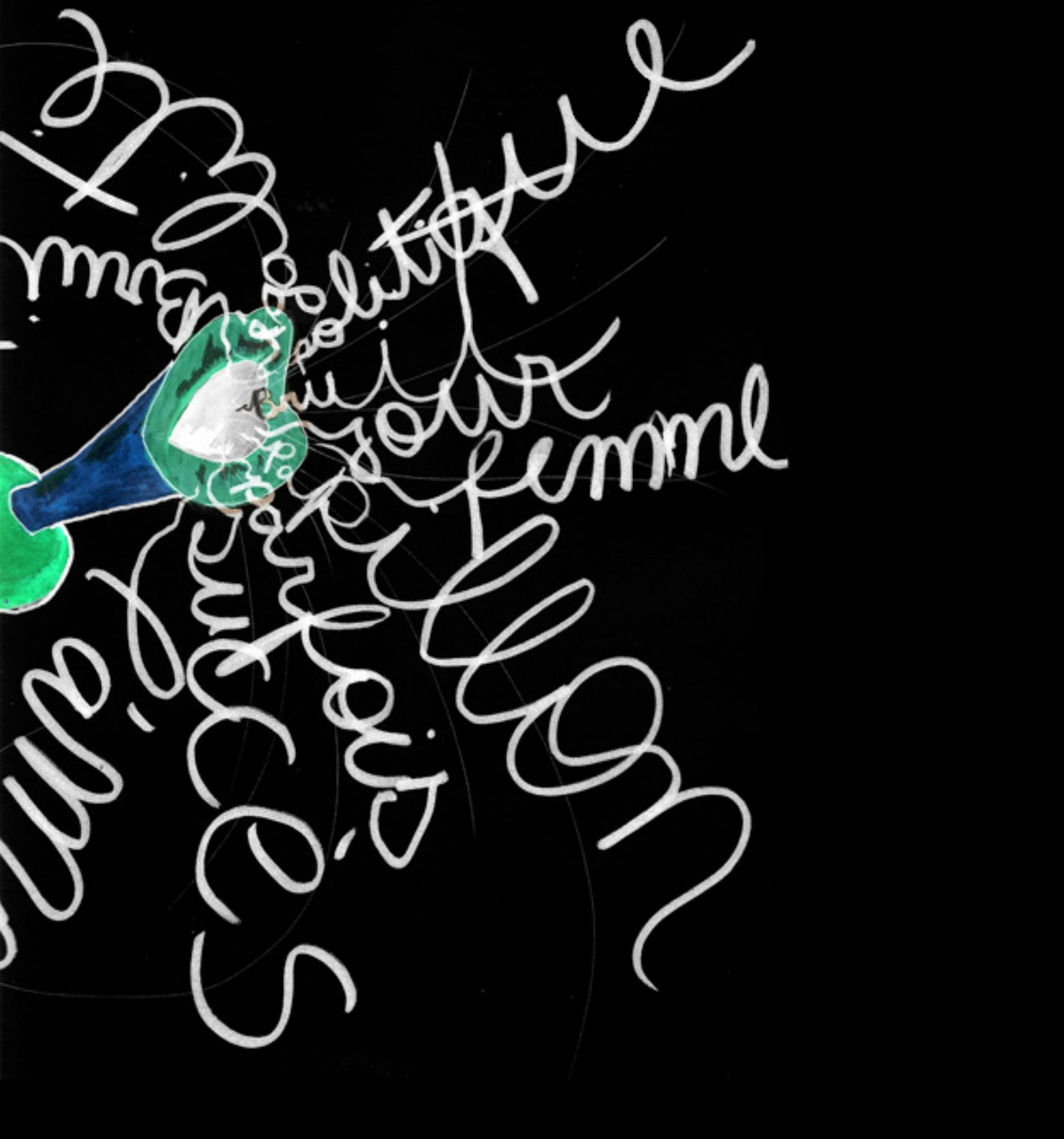
NÚMERO

XI

VOLUME 6

jan - jun 2018



alumni

Revista discente da UNIABEU

UNIABEU CENTRO UNIVERSITÁRIO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Belford Roxo

Volume 6, número 11, jan./jun. 2018
Semestral
ISSN 2318 - 3985

Reitor
Valdir Vilela

Vice-Reitor
Paulo Roberto de Menezes Chaves

Pró-Reitora de Graduação, Pesquisa e Extensão
Andréa Santos da Silva Pessanha

Pró-Reitor Administrativo
Antônio Carlos de Santana Costa

Editor da Revista Alumni
Diogo Cesar Nunes da Silva

Conselho Consultivo
Andrea Santos Pessanha, Cláudio Elídio Almeida Portella, Dennis de Carvalho Ferreira, Eduardo José Paz Ferreira Barreto, José Abrantes, Leda Maria da Costa, Márcia Cristina de Vasconcelos, Paulo César Oliveira, Marcos Roberto Batista de Freitas, Patricia Porto Patricia de Cassia Pereira Porto, Reinaldo Guimarães da Silva, Robson Rodrigues de Paula, Shirley de Souza Gomes Carreira, Simone Eliza do Carmo Lessa.

Editoração, diagramação e organização do número
Diogo Cesar Nunes da Silva

Imagem da capa: "Le Bruit", Celly Williams, 2016.

www.uniabeu.edu.br

uniabeu

SUMÁRIO

04 **Editorial**

07 **Nem tudo na literatura são flores:**
arte e mercado, Charles Baudelaire, Graciliano Ramos e Augusto Abelaira
ERICK DA SILVA BERNARDES

18 **O aristotelismo como modelo discursivo de construção de inteligibilidade acerca dos afetos no processo de ensino/aprendizagem de inglês:**
uma análise à luz da psicologia discursiva crítica
DIEGO CANDIDO ABREU

30 **A educação como formação de um capital humano**
TÂNIA CRISTINA ROSA DOS SANTOS

49 **O discurso sobre a depressão na pós-modernidade**
FELIPE BARBOSA DA SILVA

61 **O brinqueo e suas implicações para o desenvolvimento infantil na perspectiva da psicologia histórico-cultural**
JULIANE RODRIGUES NASCIMENTO

ISSN 2318-3985 Volume 6 Número 11 Jan - Jun 2018

EDITORIAL

A imagem da capa deste número da **Alumni**, assinada pela artista visual e aluna da UNIABEU Celly Williams, chama-se **Le Bruit**. Em português, pode querer dizer "barulho", "ruído" ou mesmo "rumor". Observemos que essa série semântica é inflacionada de possibilidades. Podemos usar cada uma das três palavras como sinônimos ou para dizer realidades radicalmente distintas (e não somente uma em relação às demais, mas cada uma em relação a si mesma). "Fazer barulho", por exemplo, pode apontar a um gesto político combativo que busca se fazer ouvir e ver a outrem, ou, então, ao contrário, ser dito como um dar de ombros a quem se manifesta: eles só estão "fazendo barulho...". Quando há muito barulho, não conseguimos entender o que nos diz nosso interlocutor e, no limite, dizemos, sequer conseguimos pensar. Por outro lado, há momentos em que só possível dizer o que queremos, ou o que é preciso dizer, engajando nossos pulmões e cordas vocais, inflando e inflamando nosso corpo com força e coragem suficientes para fazer muito barulho. Certamente não é essa a principal vocação da arte, mas a de produzir um "ruído" na (tentativa de) comunicação.

Não sabemos se as palavras que aparecem em **Le Bruit** são empenhadas como palavras-de-ordem que engajam seu falante no mundo, ou se são slogans e, como tais, esvaziadas de sujeito - pois existem palavras sem sujeito, ou seja, palavras sem desejo e vazias de política (basta que ouçamos os papagaios...). Essa incerteza, junto às possibilidades contraditórias que já mencionamos, não devem ser resolvidas nem apaziguadas. Isso porque a "voz", essa coisa que nos distingue enquanto seres falantes dos outros animais (ora, inclusive dos papagaios), é uma superação "dialética" do ruído, ou seja, uma superação que guarda consigo seu ponto de partida: toda voz é, "também", um ruído; mas não "somente" um ruído.

Toda e qualquer voz é "também" um ruído: isso fala sobre a condição insuperavelmente política dos seres falantes. A política não é outra coisa que essa dimensão de potência que habita o humano: a possibilidade, sempre pendente e incompleta, de que a palavra, transcendendo o ruído, superando-o dialeticamente, faça do mero corpo vivo também um corpo político - um corpo, preenhe de sentidos, que altera o espaço em que se move.

Em **Le Bruit**, o rumor está impresso no papel, tornando-se rastro e imagem. É quase possível ouvir o seu barulho, a sua tagarelice, como um amontoado de molas a saltar da boca que parece brotar de ombros. É como se ela nos dissesse, sem dizer, tal qual Barthes em **O Rumor da Língua**, que a cabeça, essa parte do nosso corpo a qual conferimos os atributos da razão, não seria feita de pensamentos, mas de palavras, a rigor, de linguagem. Exposta no universo porvir do papel em branco, como um corpo que se intromete num espaço inteiramente novo, a cabeça se expande como uma "caixinha de surpresas" que, ao ser aberta, faz saltarem objetos imprevistos. Ali, trata-se de uma boca... pronta para devorar o mundo porvir do papel em branco? Face não há mais; o que há, pois, é voz, mas uma voz atravessada de outras vozes, de ruídos, feita de rastros, de traços, de linhas que parecem seguir seus próprios cursos ao sabor dos seus desejos. Se face não há mais é porque não há indivíduo, mas sujeito. E se é de sujeito que estamos falando, e não de indivíduo, é porque a voz, a escrita e a imagem nos dão acesso ao não pensado e ao imprevisto; elas agem, através dos nossos corpos, vindo de lugares que desconhecemos, em direção a destinos que, igualmente, não somos capazes de prever. Por isso que o sujeito, aquele que porta a ambiguidade e a potência da voz, não é nem uma figura nem um signo - mas o que há de vir.

Diogo C. Nunes
Editor

ARTIGO

Nem tudo na literatura são flores:
arte e mercado, Charles Baudelaire, Graciliano Ramos e Augusto Abelaira

ERICK DA SILVA BERNARDES

ISSN 2318-3985 Volume 6 Número 11 Jan - Jun 2018

NEM TUDO EM LITERATURA SÃO FLORES:
ARTE E MERCADO, CHARLES BAUDELAIRE, GRACILIANO RAMOS E AUGUSTO ABELAIRA

Erick da Silva Bernardes

Discente do curso de mestrado de Estudos Literários do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPLIN), da Faculdade de Formação de Professores – FFP-UERJ, São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil.

RESUMO: Este ensaio objetiva discutir a importância da escrita de Charles Baudelaire para a modernidade, bem como a sua relevância para a literatura de Augusto Abelaira e Graciliano Ramos. Toma-se como objeto de análise, especificamente, a obra Bolor (1999), pontuando com comentários provenientes da comparação com Memórias do cárcere (2011), "Linhas Tortas" (2012) e Infância (2008). Analisa-se a obra As flores do mal (2012), mais especificamente a seção "Quadros parisienses", e o modo como Charles Baudelaire consegue com a sua poética "maldita" atingir artistas tão distintos entre si.

Palavras-chave: Charles Baudelaire; Augusto Abelaira; Graciliano Ramos; Literatura.

Não importa muito – tudo a meu redor
/ está podre...
não sei há quanto tempo que a coisa está
assim, mas desse jeito, em pouco tempo
vou ficar velho - & olha que eu só tenho
/ 15 anos –
o único trabalho aqui é na mina – mas
/ quem está
a fim de ser mineiro... me recuso a participar
duma
morte tão superficial (...)
(Bob Dylan, Tarântula, 1966).

Introdução

Falar da modernidade é estar disposto a tomar contato com uma variedade de facetas acerca do indivíduo e sua relação com a cultura de massa, bem como o excesso de consumo, a valorização da imagem, enfim, a sociedade mecanizada sob a égide da economia de mercado. No entanto, as mesmas críticas à falta de autorreflexão, concernentes à supervalorização da mercadoria, não se dão conta de que a própria arte hoje utiliza-se do corriqueiro, do cotidiano típico da modernidade, como temáticas próprias na construção das suas obras artísticas. O poeta Charles Baudelaire talvez tenha sido um dos pioneiros a transformar o efêmero ou transitório da moda, considerado "menor" (porque banal) em material propício à arte moderna, de tal modo que, estaria, segundo a opinião do artista francês, nesse domínio do contingente, a vitalidade da arte retirada da moda; "o que esta pode conter de poético no histórico, de extrair o eterno do transitório" (BAUDELAIRE, 2006, p. 859).

Sendo assim, enquanto Baudelaire servia-se da temática da banalidade, do corriqueiro, como recurso literário para a construção dos seus poemas, Graciliano Ramos, em outro momento, munia sua prosa jornalística de críticas corrosivas, e acusava a literatura de seu tempo de erigir seus alicerces sobre aqueles elementos supérfluos, tão valorizados por Baudelaire na poesia: as vestimentas, os comportamentos, a arte pela arte. O ex-prefeito de Palmeira dos Índios criticou não poucas vezes os excessos de utilização do capital, com relação a qual a sociedade parecia cada vez mais afoita. Porém, apesar de toda essa antipatia com relação ao consumo de massa, urge reconhecer que Ramos fazia uso, pertinentemente, desse quadro representativo da sociedade refém da moda, como material propício às suas composições literárias. Ou seja, o banal, o efêmero extraído do cotidiano configurava elemento de interesse artístico para o autor alagoano. Assim, ao considerarmos a crítica desse escritor nordestino à supervalorização da moda um ele como dado relevante, observamos que seus narradores, paradoxalmente, vertiam sua ironia corrosiva sobre a mesma comunidade à qual seus textos destinavam-se. Isto é, embora este intelectual atacasse vorazmente os excessos de consumo, e acusasse a arte de ter sido transformada em simples mercadoria, seus consumidores eram justamente aqueles para os quais a sua crítica corrosiva ele direcionou.

Ademais, no que tange à escrita de Ramos, ressaltamos que sua poética se apresenta não poucas vezes orientada pela crítica aos excessos do capital. E isto nos leva a questionar: estaria aí, portanto, uma estratégia de chamar a atenção do público leitor para a hipervalorização da moda? Embora diferentemente de Baudelaire, pois este declarava sua simpatia pelo artifício, teria o autor de **Vidas secas** "propagandeado" o seu produto, sob o disfarce de autor pessimista, quanto ao quesito consumo sem comedimento? Em suma, é essa problemática, que vai da obra literária (objeto artístico) ao livro como mercadoria, sobre a qual nos debruçaremos, especialmente: as relações desses escritores com a arte e o mercado.

Para isso, primeiramente, apresentamos uma breve contextualização acerca da importância do escritor Charles Baudelaire para a literatura, e os possíveis efeitos estéticos da vertente estética da modernidade para os artistas ulteriores. Na sequência, nossa abordagem se concentrará nas estratégias de produção textual e seus respectivos desdobramentos críticos sobre a modernidade, bem como certos traços estilísticos baudelairianos, apropriados tanto por Augusto Abelaira quanto por Graciliano Ramos. E, por fim, veremos como esses revestimentos satírico-melancólicos servem à arquitetura textual voltada majoritariamente para alguns aspectos da burguesia moderna, tais como: o decoro cristão, a moral familiar e a sociedade sob a égide do consumo.

Breve contextualização

O livro de poemas **As flores do mal**, de Charles Baudelaire, é considerado a sua obra-prima. Sabe-se que dentre as duas edições da obra em questão (uma de 1857 e outra de 1861), o segundo compêndio possui um lugar de destaque na literatura do mundo ocidental. Isto explica-se por dois motivos principais: 1) Seus escritos revelaram-se determinantes para a compreensão da "modernidade", que, por sinal, serviu de pilar à poesia de Baudelaire. 2) Devido às diversas "evasões" de um eu-lírico

instalado na capital francesa do século XIX, as quais revelam (ou velam ainda mais) um eu-poeta sobremaneira "incógnito", revestido pela figura de Charles Baudelaire; embora saibamos do perigo de se confundir biografismo (tabu teórico) com artifício autofigurativo, importa-nos afirmar que esse seu lado enigmático se mostraria um tipo de poética moderna, referida por Walter Benjamin (1989, p. 95) como "a lei da sua poesia", funcionando como estratégia legítima de composição textual, tal qual um código próprio, indecifrável, embora provocador, diante do público leitor.

Sabe-se que a primeira edição de **As flores do mal** (de 1857) foi modificada por motivos de censura, consequentemente, à segunda edição foram anexados outros 126 poemas, cuja maioria deles compõe a seção denominada "Quadros parisienses". Além deste secionamento do volume em questão, a obra é composta pelas partes: "Spleen e o ideal", "O vinho", "Flores do mal", "Revolta" e "A morte". Segundo Hugo Friedrich (1978, p. 36), coube à "disciplina espiritual" de Baudelaire, assim como à "clareza de sua consciência artística", fundir, não só no livro, mas em todo seu projeto literário, o mais expressivo "gênio poético e a inteligência crítica". No entanto, de acordo com o professor Álvaro Faleiros, no prefácio salvador da inarmônica edição brasileira da Martin Claret (2011), com tradução de Mário Laranjeira, a seção do livro nomeada "Quadros parisienses" revelou-se a parte "menos valorizada pelos primeiros leitores de Baudelaire", passando (só posteriormente) a ser a "mais citada e estudada ao longo do século XX, como se pode notar, por exemplo, pelo trabalho de Walter Benjamin" (2011, p. 17). Vale ressaltar que a arte do autor de **Flores do mal** tem servido, inclusive, de orientação para músicos contemporâneos de destaque na mídia televisiva, como é o caso, aqui no Brasil, da banda Titãs (com a canção "Flores"), e, mais recentemente, o polêmico cantor internacional Bob Dylan, agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura 2016. No caso do Titãs, o artificialismo redundante, mas sonoro, das flores de plástico que não morrem e tematizam a canção, aponta de forma latente para a poética do "Escritor maldito". Enquanto, em Bob Dylan, essa relação baudelairiana exige cuidado, pois suas "marcas" melancólicas encontram-se diluídas nas letras das músicas por ele escritas. De acordo com a matéria de José Figueiredo, publicada na **Revista Homo Literatus** (2016, s\p) na trajetória artística de Dylan, há, além dos poemas musicados, "narrativas sombrias como '**Hurricane**'", as quais se mostram "capazes de tocar o mais bruto dos homens, como '**I want you**', visões do paraíso como '**Knockin' on Heaven's Door**'". Assim, o supracitado autor musical serve apenas para ilustrar a contemporaneidade da obra de Charles Baudelaire, ressaltando que Dylan possui ainda no seu currículo "um livro interessantíssimo de poemas chamado **Tarântula**, no qual figuram poesias simbolistas alegóricas, por vezes surreais", às quais nenhum crítico que se preze negaria a semelhança com o escritor francês. Para Figueiredo, embora não sejam poemas, na mais precisa definição do gênero, as canções **folk** dos anos 60 produzidas pelo cantor-escritor misturam "o tom místico dos simbolistas franceses (Baudelaire e, principalmente, Rimbaud)" e possuem o tom característico "das parábolas bíblicas e a cadência da poesia **beat**" (2016, s\p).

Essa revitalização dos estudos baudelairianos, no que tange aos "Quadros parisienses", principalmente, para a nossa análise, deve-se ao fato de os poemas ali contidos coincidirem com o olhar poético voltado para as pequenas coisas do cotidiano. Isto é, nas palavras do próprio Charles Baudelaire crítico, em "O pintor da vida moderna"

(1997, p. 859), o artificial é o que importa para o artista moderno, por "mínimo" ou "tênue" que o seu motivo se apresente. Conforme:

> Trata-se, para ele, de tirar da moda o que esta pode conter de poético no histórico, de extrair o eterno do transitório [...] A modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável. Houve uma modernidade para cada pintor antigo: a maior arte dos belos retratos que nos provêm das épocas passadas está revestida de costumes da própria época. São perfeitamente harmoniosos; assim, a indumentária, o penteado e mesmo o gesto, o olhar e o sorriso (cada época tem seu porte, seu olhar e seu sorriso) formam um todo de completa vitalidade. Não temos o direito de desprezar e prescindir desse elemento transitório, fugidio, cujas metamorfoses são tão frequentes (BAUDELAIRE, 1997, p. 859-860).

Embora o texto crítico supracitado escrito por Charles Baudelaire se apresente voltado para a análise da pintura propriamente dita, a tônica da sua abordagem estende-se da arte pictórica até ao objeto literário. Já que a seção "Quadros parisienses", de **As flores do mal** (2012), concorre com a percepção moderna de um eu-lírico com vistas a "mapear" a vida da **urbe**, sob uma visão minimizada das coisas, podemos inferir que aqueles "quadros" da capital francesa muito se assemelham aos enunciados construídos sob a ênfase no supérfluo e\ou efêmero, referido por Michel Foucault como discurso que se apresenta "carregando os fragmentos de uma realidade da qual fazem parte" (FOULCAULT, 2003, p. 206)..

Assim, justamente por enfatizar "fragmentos" ou minúcias da cidade moderna, o tema da banalidade traz à tona assuntos muito caros para as obras esmiuçadas nos capítulos seguintes deste artigo, a saber: a falta de autorreflexão concernente à supervalorização da mercadoria, a utilização do corriqueiro também nas obras em prosa, o cotidiano típico da vida social do cidadão comum, enfim, narrativas cujas temáticas incluem, dentre outros aspectos, posicionamentos de escritores-intelectuais considerados particularmente comunicadores polêmicos.

A narrativa do cacos ou o abismo alegórico

A partir dessas questões apontadas, no que concerne à banalidade dos fatos e à pertinência do artificial tomada do dia a dia do mundo que nos cerca, a estética de Baudelaire, em **As flores do mal** (2012), pode ser comparada, sem hesitação, a obras escritas por outros artistas mundo afora. Assim, no que tange aos autores de língua portuguesa — como é o caso do português Augusto Abelaira, com o livro **Bolor** (1999), e do brasileiro Graciliano Ramos, com **Infância** (2008) e **Memórias do cárcere** (2011) —, ainda que esses escritores não sejam versificadores, as suas prosas concentram em suas poéticas peculiaridades do cotidiano moderno que, não raro, apontam para fatos banais da pessoa comum, como, por exemplo, discussões corriqueiras sobre economia doméstica, ou narrativas memorialística, como a ex-detento Graciliano Ramos

costumava empreender, em **Memórias do cárcere:** "as minhas finanças equilibravam-se com dificuldade, evitávamos reuniões, festas, passeios" (RAMOS, 2011, p. 24).

Soma-se a isso, o retorno ao passado de um narrador autodiegético empenhado em trazer à tona suas recordações sombrias dos tempos da infância, na tentativa de preencher as lacunas tristes da sua prosa autobiográfica de cariz melancólica, com o revestimento lúdico de uma cantiga popular: "Levante, seu Papa-hóstia\ Dos braços de Folgazona\Venha ver o papa-rato\Com um tributo no rabo." (RAMOS, 2008, p. 15). Estes versos típicos de folguedos sertanejos, os quais deveriam suscitar alegria, surtem efeito diverso, pois, a aspereza dos apelidos que seriam direcionados à criança, na canção em questão, denotaria a experiência frustrada de revestir com aqueles sentidos de outrora o vazio melancólico em que seus sofridos personagens no tempo narrativo se encontram.

Portanto, para efeito de comparação, quando atentamos aos traços característicos da leitura do romance **Bolor** (1999), de Augusto Abelaira, somos impelidos a uma fugacidade de enredo que vai na contramão das grandes narrativas que buscam "o tal" embasamento dito real. Isto decorre do enfoque na banalidade cotidiana da vida comum entre as personagens Maria dos Remédios e Humberto, revelando um estilo arguto, que preza sobretudo a micronarrativa, mas também devido ao procedimento composicional pautado nas referências das datas de calendário (estilo diário), enfatizando o dia a dia mecanizado e, por isso, artificial de uma sociedade. Esta mesma sociedade presente no enredo de Abelaira, se for comparada com a de hoje, sob o atual contexto cultural, e com relação à banalidade dos fatos, dentre os quais costumamos equivocadamente supervalorizar, parecerá que as mudanças não foram tão grandes assim — se é que não são ainda as mesmas referências. Já no caso de Graciliano Ramos, embora o autor faça proveito da temática do supérfluo, ele nega (na quarta capa da edição completa de 2011, de **Memórias do cárcere**, publicada pela Editora Record) especificamente essa artificialidade como recurso de construção literária na configuração dos seus discursos: "A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer." (RAMOS, 2011). Assim, essa pseudo-declaração prova que seus narradores se revelam excelentes construtores de artifícios, conforme o jogo autoficcional no início das **Memórias do cárcere**:

> Há também excelentes narradores [...] Em relação a eles, acho-me por acaso em situação vantajosa. Tendo exercido vários ofícios, esqueci todos, e assim posso mover-me sem nenhum constrangimento. Não me agarram métodos, nada me força a exames vagarosos. Por outro lado, não me obrigo a reduzir um panorama, sujeita-lo a dimensões regulares, atender ao paginador e ao horário do passageiro do bonde. Posso andar para a direita e para esquerda, como um vagabundo, deter-me em longas paradas, saltar passagens desprovidas de interesse, passear, correr, voltar a lugares conhecidos. Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente (RAMOS, 2011, p. 14).

Esse viés narrativo voltado para a "mesmice" diária decorre de uma estética muito próxima daquele "culto do artifício", segundo o qual, na opinião de Latuf Isaias Mucci, põe "o raro, o requinte, o antinatural, como consequência imediata de sua filiação a Baudelaire, para quem a estranheza — ou extravagância — faz parte do belo, até com ele ser confundido" (MUCCI, 1994, p. 57), como fabricante de fantasias, prazeroso das alegóricas "pernas de estátua, (que) era-lhe a imagem nobre e fina" (BAUDELAIRE, 2012, p. 63).

Ademais, tabus teóricos à parte, parece-nos legítimo parafrasear novamente Mucci, pois o culto do artifício, em nossa compreensão, funcionaria a esses artistas aqui apontados (Abelaira e Ramos) como instrumento composição ficcional. Tal qual o fizera Baudelaire, essas estratégias de produção literária constituem-se, pertinentemente, "na marca mais importante de sua influência na literatura moderna e pós-moderna" (1994, p. 57). Com efeito, enquanto Charles Baudelaire "flanava" pela cidade, preocupando-se com o exterior das coisas, transformando símbolos instituídos pelas tradições em alegorias, o discurso sobre a convivência entre marido e mulher do romance **Bolor** (1999), de Augusto Abelaira, se afigura majoritariamente no espaço da intimidade doméstica. No entanto, embora a distinção entre os espaços público (cidade) e privado (lar) sirvam de motivos indiscutivelmente díspares aos seus autores, os exemplos daquela desconstrução dos símbolos acima referida concorre para o mesmo passado da aristocracia moderna, ou a simbologia cristã que configurava o ideal de dignidade burguesa. Essas alegorias construídas como marcas baudelairianas, as quais denotavam o próprio cerne do frugal, ou "o artificialismo", enquanto "fuga do natural" como "um lugar onírico", indicava para o poeta maldito que a "verdadeira realidade está nos sonhos" (MUCCI, 1994, p. 57).

Outro quesito constituinte da alegoria é o retorno do passado em forma de fragmento como se fosse um mosaico textual. Quando isso acontece nas prosas narrativas, há, por vezes, uma sobreposição de anisocronias, com as quais, Segundo Carlos Ceia (2017), compreende-se a estratégia composicional de "modificação do ritmo ou da velocidade da narrativa ('efeitos de ritmo', no léxico de Genette), que regula a relação entre o tempo da história, medido em segundos, minutos, horas, etc., e a extensão do texto, medida em linhas e página" (CEIA, 2017, s\p). Nesse sentido, a alternância constante dos tempos narrativos em **Bolor** (1999) possui a peculiaridade de apresentar uma interposição de narradores, ora masculino ora feminino, na vida conjugal em vias de alienação, em constante rememoração dos "bons" tempos idos do casal. Entre os personagens, Maria do Remédios e Humberto, surge uma terceira personagem para compor a cena histórica, é Catarina, antigo relacionamento de Humberto, e de quem a recordação (e consequentemente o ciúme) dará o tom da complicação na trama. Muito embora haja na diegese um certo número de personagens secundários. Entretanto, é quando mergulharmos na história do casal, que seus enunciados revelam uma superimportância dada aos objetos, enquanto imagem de desejo de consumo, por exemplo: "brincos, relógio, e até pessoas se apresentam reificadas na narrativa. Apesar da obra em questão ter sido escrita já vai lá algum tempo, o valor expresso pela mercadoria se assemelha a uma fantasmagoria contemporânea, cujos indivíduos se parecem com os próprios bens que consomem, uma espécie de "coisificação" do sujeito. Em suma, conforme a própria "declaração" sincera (até demais) do marido

Humberto: "Há tantas mulheres iguais a ti por esse mundo, as que escolhem brincos iguais aos teus (...)" (ABELAIRA, 1999, p. 28). Em outras palavras, homens e mulheres, por meio dos personagens de **Bolor** (1999), são tão esvaziados de sentidos quanto os objetos por eles obtidos, pois perdem a utilidade quando permanece apenas o desejo de possuir. Mas, é importante ressaltar que, em Augusto Abelaira, até o valor da mercadoria parece diluir-se aos poucos, esvaziando-se também de sentidos os próprios objetos adquiridos e seus respectivos valores monetários. Enfim, sem rodeios retóricos, compreendemos que o enredo escrito pelo romancista português visa a metaforizar o homem moderno, em uma espécie relação fantasmática de reificação do outro, por meio da alegoria, mas, sobretudo, reificação de si mesmo.

O cristianismo residente

O empreendimento textual anisocrônico de parte das obras literárias consideradas modernas mundo afora em muito se assemelha ao que Walter Benjamin (1892-1942) definirá como composição alegórica: estratégia de contrapor o símbolo à alegoria. Assim, se para o filósofo alemão, em **Origem do Drama Barroco Alemão** (BENJAMIN, 1984), o símbolo carrega o sentido completo e lacrado acerca de uma ideia, a alegoria desmontaria esse símbolo, e reconstruiria uma nova percepção fluida e multidimensional, a partir dos resquícios do que outrora foi o símbolo, a saber, o passado "assombrando" o presente através dos cacos de outrora no aqui e agora.

Assim, se para Charles Baudelaire (em "O cisne", Estância II) a cidade modifica-se e o eu-lírico verseja: "Paris muda! mas nada em minha nostalgia", consequentemente serão as recordações da cidade reconfiguradas que importarão para o artista da palavra. Portanto, é certo que a cidade: "Mudou! novos palácios, andaimes, lajedos", agora, o eu-lírico afirmará: "Velhos subúrbios, tudo em mim é alegoria\ E essas lembranças pesam mais do que rochedos" (BAUDELAIRE, 2012, p. 52). Todavia, essas mudanças, esses "rochedos" verdadeiramente são palavras, mas também fragmentos, ou melhor, "palavras-fragmento", dentre as quais, na opinião de Hugo Friedrich (1978): "Atrás destes grupos de palavras, persistem resíduos do Cristianismo. Não se pode conceber Baudelaire sem Cristianismo. Mas o poeta já não é cristão. Este fato não se vê contestado por seu 'satanismo' tantas vezes descrito" (FRIEDRICH, 1978, p. 46), dir-se-á que o seu "Cristo aparece em suas poesias só como metáfora fugaz, ou como abandono de Deus" (FRIEDRICH, 1978, p. 47). Esses elementos cristãos, que são também alegóricos, porque fragmentos do passado, "pesam" realmente como rocha, no entanto, ao se reconstituírem na imagem daquele passado referido por Benjamin, sustentam e servem de base para a sua poesia reconhecidamente moderna; sobre essa pedra chamada modernidade (o "rochedo" dos "novos palácios"), Baudelaire teria edificado a sua igreja maldita, o seu projeto literário, ornamentando-o com as melhores "flores do mal" (2012, p. 52).

De maneira explícita ainda sobre a alegoria, na crônica "Linhas Tortas III", de Graciliano Ramos, publicada no **Jornal de Alagoas**, em 1915, o processo de figuração se apresenta indissociável do recurso da anisocronia e do cristianismo hipócrita. No tocante à resolução de abrir "um parêntese na agitação de uma vida pouquíssimo devota e muitíssimo prática" (RAMOS, 2012, p. 36), o narrador tal qual um "croqui

de costumes" explicita "a representação da vida burguesa e os espetáculos da moda" (BAUDELAIRE, 1997, p. 853). Consequentemente, a religiosidade presente no contexto diegético se nos revela mais um motivo artificial para a autopromoção dos "personagens sociais" e menos a atenção dispendida ao evento cristão, ou seja, neste caso, a Páscoa, transformada em evento sem sentido: "Mas o que querem? É o progresso" (RAMOS, 2012, p. 37).

Assim, quando no passado descrito na crônica recordou-se o sacrifício do Salvador, agora a sociedade hipócrita ainda o faz, "mas não como naqueles tempos em que a cristandade, com um pranto mais ou menos verdadeiro, batia piedosamente nos peitos e se mortificava e ralava os joelhos e passava semanas estragando o estômago com um detestável e insulso bacalhau ascético (RAMOS, 2012, p. 36). Nota-se, contudo, que Ramos desconstrói os símbolos da ordem dos costumes, ou os dispositivos de controle de uma parcela da cultura ocidental judaico-cristã, a partir de um olhar que tem no prazer (ainda que satírico) de representar ficcionalmente parte de um comportamento social, daquele "homem (que) acaba por se assemelhar ao que gostaria de ser" (BAUDELAIRE, 1997, p. 852), mas também ao que gostaria de ter, isto é: a imagem artificial destinada àqueles "cidadãos 'modernos' reféns das aparências, enfim, os mesmos "homens de bem" que consumiam os jornais nos quais seus textos eram veiculados" (BERNARDES, 2015, p. 54). De forma sucinta, acerca desse contexto burguês moderno, Rafael Santana Gomes postulará:

> Como se vê, recuperava-se uma concepção aristocrática do fazer artístico, na qual uma série de valores que a burguesia retratara em suas obras seriam desprezados, tais como o relato da vida cotidiana, a valorização de personagens comuns, a concepção da literatura como sendo um instrumento pedagógico democrático etc. Herdeiras da estética decadentista e também das vanguardas européias [...] (GOMES, 2010, p. 11).

Notadamente, é nesse cenário social moderno e pulsante, sustentado por um tempo cristão e burguês que ficou para trás, que o narrador das "Linhas tortas" toma como alvo a hipocrisia de "algumas (pessoas) condenadas que não hesitam, nos dias da Paixão, em meter dentes ímpios no saboroso beef cheio de pecados, britanicamente tresandando a heresia" (RAMOS, 2012, p. 36). Assim, como vemos na história de amor em **Bolor** (1999), satirizada por Augusto Abelaira, na crônica de Ramos o mosaico textual também nos salta aos olhos, sem preocupação alguma com a linearidade narrativa, constituída por recortes de memória. Se, na narrativa do romancista português, o enredo transita constantemente entre o passado e o presente, no intuito de construir a ideia daquilo que Michael Foulcault referirá como "uma peça da dramaturgia do real", quando comparamos a "Linhas tortas" (2012), isto não parecerá diferente, embora não importe "qual seja sua exatidão (referencial), sua ênfase ou sua hipocrisia, atravessados por ela", mas ficam valendo os "fragmentos de discurso carregando os fragmentos de uma realidade da qual fazem parte". (FOULCAULT, 2003, p. 207)

Sendo assim, seguindo a esteira teórica de Walter Benjamin acerca da estética de Baudelaire (1985, p.143), adaptadas à nossa abordagem de **Bolor** (1999) e de "Linhas

tortas" (2012), reconhecemos que "a alegoria é a máquina-ferramenta da Modernidade". Consequentemente, fica-nos compreendido que tanto o livro de Abelaira, quanto a crônica de Ramos, se nos apresentam mais como narrativas artísticas de fundo satírico, permeada pelo posicionamento intelectual dos seus respectivos autores, via discurso ficcional, e menos um engajamento vazio e nulificante de sentido de cunho retórico-político capaz de acarretar prejuízos estéticos para as suas obras. Em suma, depreendemos que os textos aqui abordados são parte de projetos literários, pontuados por aquela ideia descrita pelo escritor francês (BAUDELAIRE, 1997, p. 854) sobre o verdadeiro artista da modernidade: "Às vezes ele é um poeta; mais frequentemente aproxima-se do romancista ou do moralista; é pintor do circunstancial e de tudo o que este sugere de eterno".

Considerações finais

Discutiu-se aqui a importância do escritor Charles Baudelaire para orientação "inconfessa" dos escritores Augusto Abelaira, mais especificamente **Bolor** (1999), e Graciliano Ramos, em **Memórias do cárcere** (2011), **Linhas Tortas** (2012) e **Infância** (2008), no que tange a uma poética voltada para o dia a dia ou corriqueiro da vida comum na Paris do século XIX.

Fizemos questão de evidenciar a relevância do escritor Charles Baudelaire para a literatura, bem como seus efeitos na configuração do panorama moderno artístico. Nossa abordagem visou trazer à tona estratégias de produção textual em escritores distintos, de lugares não menos distantes entre si; um europeu (Abelaira) e outro brasileiro (Ramos), para provar, através dos seus desdobramentos melancólicos sobre a modernidade, as similaridades com aqueles traços estilísticos que fizeram Baudelaire receber a alcunha de "Escritor da Modernidade".

Em síntese, baseamos nossa investigação nas alegorias, considerando-as como revestimentos de arquitetura textual satírica, voltadas majoritariamente para a desconstrução simbólica do modelo burguês de viver (embora os três escritores aqui escolhidos sejam filhos dessa burguesia moderna, ainda que se afastem dela), principalmente no que concerne ao falso comportamento cristão, aos relacionamentos conjugais, as relações de economia de mercado, postos em confronto com as hipocrisias da sociedade de consumo.

REFERÊNCIAS

ABELAIRA, Augusto. **Bolor**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.
BENJAMIN, Walter. **Origem do Drama Barroco Alemão**. São Paulo: Editor Brasiliense, 1984.
_____ . A Paris do Segundo Império em Baudelaire In: KOTHE, Flávio R. **Walter Benjamin**. Ática, São Paulo, 1985.
BAUDELAIRE, Charles. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.
_____ . O pintor da vida moderna In: **Sobre a Modernidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **As flores do mal**. Trad. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
BERNARDES, Erick. O código das barras ou passagens paralelas: Bernardo Carvalho e Graciliano Ramos. **Alumni**: revista discente da UNIABEU. Belford Roxo, RJ, UNIABEU, v. 3. n. 5, jan.-jul. 2015, p. 22-29.
CEIA, Carlos. **E-Dicionário de termos literários.** Disponível em: http://edtl.fcsh.unl.pt/ Acesso em: 12 jan. 2017.
FALEIROS, Álvaro. Prefácio. In: BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal.** Tradução Mário Laranjeira. São Paulo: Martin Claret, 2011.
FIGUEIREDO, José. Bob Dylan, Nobel de Literatura". Disponível em: www.homoliteratus.com Acesso em: 17 jan. 2017.
FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX**. Tradução Marise M. Curioni. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
FOULCAULT, Michel. A vida dos homens infames In: MOTTA, Manoel Barros da. **Michel Foulcault: Estratégia, Poder-Saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
GOMES, Rafael Santana. Ressonâncias decadentistas no modernismo português. Disponível: www.uss.br/pages/revistas/revista_marica/patrimoniuss2010/pdf/artigo7.pdf
Acesso em: 17 jan. 2017.
MUCCI, Latuf Isaias. **Ruína e Simulacro Decadentista**: Uma Leitura de Il Piciare, de D'Annunzio. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 2011
_____. **Infância**. Rio de Janeiro: Mediafashion, 2008.
_____; SALLA, Thiago Mio (Org.). **Garranchos.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

ABSTRACT: This essay aims to discuss the importance of writing of Charles Baudelaire to modernity, as well as your relevancy to the literature of Augusto Abelaira and Graciliano Ramos. Take as object of analysis, specifically, the Bolor (1999), punctuating with comments from comparison with Memórias do cárcere (2011), "Linhas tortas" (2012) and Infância (2008). The work The Flowers of Evil (2012) is analyzed, more specifically the section "Parisian paintings", and the way in which Charles Baudelaire succeeds in achieving his "damn" poetics to reach artists so different from each other.

Keyword: Charles Baudelaire; Augusto Abelaira; Graciliano Ramos; Literature.

ARTIGO

O aristotelismo como modelo discursivo de construção de inteligibilidade acerca dos afetos no processo de ensino/aprendizagem de inglês:

uma análise à luz da psicologia discursiva crítica

DIEGO CANDIDO ABREU

ISSN 2318-3985 Volume 6 Número 11 Jan - Jun 2018

O ARISTOTELISMO COMO MODELO DISCURSIVO DE CONSTRUÇÃO DE INTELIGIBILIDADE ACERCA DOS AFETOS NO PROCESSO DE ENSINO/ APRENDIZAGEM DE INGLÊS:

UMA ANÁLISE À LUZ DA PSICOLOGIA DISCURSIVA CRÍTICA

Diego Candido Abreu

Doutorando em Estudos da Linguagem na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO: O objetivo deste trabalho é entender como um conjunto de repertórios interpretativos baseados no pensamento de Aristóteles sistematiza discursivamente a reflexão de professores(as) de inglês sobre a influência dos afetos no processo de ensino/aprendizagem desse saber. Para tanto, me debruço, à luz dos preceitos teóricos da Psicologia Discursiva Crítica, sobre as construções discursivo-reflexivas de duas docentes de inglês que tomaram como esteio para seus posicionamentos acerca dos afetos o esquema teórico do aristotelismo. Finalmente, questiono criticamente em que medida esse sistema filosófico se encontra em (des-)alinhamento com o entendimento hodiernamente hegemônico a respeito dos afetos, apontando os desdobramentos desse diálogo – instanciado nos discursos das participantes desta pesquisa.

Palavras-chave: Psicologia Discursiva Crítica; Afeto; Aristóteles; Virada Afetiva.

Introdução

Na discussão acadêmica hodierna, poucos temas têm ganhado tanta relevância em campos do saber que se preocupam com o processo de ensino/aprendizagem de línguas como a afetividade e seu papel no ambiente vivo da sala de aula. Exemplos de tamanho destaque dado à questão dos afetos sobejam na literatura contemporânea de áreas integradas ou lindeiras aos Estudos do Discurso em contextos pedagógicos (SILVA; BARBOSA, 2016; BARBOSA; BEDRAN, 2016 – para citar alguns exemplos). Esse movimento, que ganhou maior vigor a partir do início da década de 1990, recebeu a alcunha de "virada afetiva" (PAVLENKO, 2013). Contudo, mais do que um simples aumento quantitativo no volume de pesquisas dedicadas a tal tema, essa corrente é marcada por uma reviravolta qualitativa na própria forma de pensar essa esfinge, em busca de um olhar mais abrangente e multidisciplinar no trato de tal fenômeno.

Todavia, conforme salienta Pavlenko (2013), uma das grandes fragilidades observadas em uma série de trabalhos que capitaneiam essa corrente reside na nebulosidade que ronda as teorizações acerca dos afetos. Para a autora, essa falta de musculatura teórica faz com que muitas dessas pesquisas busquem seus alicerces de sustentação em teorias antagônicas aos valores fundamentais de humanismo e

revalorização do subjetivo que balizam o movimento da virada afetiva, aderindo, nem sempre de maneira coerente, a modelos de inteligibilidade - denominados por certos autores(as) da Psicologia Discursiva Crítica de repertórios interpretativos (WETHERELL, 1998) - disponíveis no mercado cultural da nossa sociedade.

Instigado por essas reflexões inquietantes, elaborei um projeto investigativo para entender quais são os repertórios interpretativos que subjazem/se incorporam aos modelos de inteligibilidade acerca dos afetos aventados por professores(as) de língua inglesa na inter-relação desse fenômeno com as respectivas experiências docentes de tais indivíduos. Para tanto, gerei uma série de entrevistas semiestruturadas com um grupo de professores(as) de inglês. Ao longo de grande parte dessas conversas, imbricados às impressões e reflexões erigidas por esses participantes, certos repertórios interpretativos emergiram como uma forma de sustentar teoricamente tais elucubrações.

Através de um olhar mais esmerado, foi possível observar que uma parte significativa dos repertórios interpretativos (re-)construídos nas conversas geradas tinha como esteio a concepção componencial dos afetos, engendrada pelo pensamento aristotélico (KNNUTILLA, 2004). A presença renitente desse modelo teórico trouxe à luz o seguinte questionamento: em que medida o arcabouço da filosofia aristotélica se mostra coerente com os objetivos e os valores fundamentais que impulsionam o movimento da virada afetiva (PAVLENKO, 2013)?

Assentado na reflexão erigida nos parágrafos anteriores e no questionamento apresentado acima, torna-se possível expor os objetivos deste trabalho: 1) entender de que maneira a concepção aristotélica dos afetos sistematiza e estrutura determinados repertórios interpretativos socioculturalmente compartilhados que se materializam discursivamente nos entendimentos construídos por docentes de inglês acerca dos afetos; 2) refletir sobre até que ponto tal teorização converge com os princípios fundamentais da virada afetiva.

Findada esta breve introdução, me debruço na seção seguinte sobre o modelo teórico que funda os repertórios interpretativos aqui investigados: o aristotelismo.

A teoria componencial das emoções de Aristóteles: uma apologia à submissão dos afetos à soberania ética da razão

Fundamentalmente, conforme exposto no texto da **Retórica** (2005), o intercurso teórico de Aristóteles pelo terreno das emoções se ancora em um edifício taxonômico que concebe as emoções como o resultado holístico da conjugação sistêmica de quatro componentes inter-relacionados: o avaliativo-cognitivo, o sensitivo, o comportamental e, por fim, o fisiológico. O primeiro destes representa a capacidade humana de tecer julgamentos acerca de um estado presente do indivíduo, uma memória de uma experiência pregressa ou uma projeção futura. No que tange ao componente sensitivo, este se configura como a camada hedônica dos afetos, abarcando as sensações de (dis-)prazer, dor ou gozo que se manifestam no indivíduo em um dado encontro com o real. Avant la lettre, Aristóteles também antecipa em aproximadamente dois milênios a teoria darwinista da adaptação biologicamente condicionada ao meio que envolve o indivíduo, denominando tal constituinte dos afetos de componente comportamental, representando uma inclinação natural para uma dada ação ou inação, a qual tem

seu impulso na avaliação cognitiva do indivíduo das suas condições de interação com o seu ecossistema. Finalmente, e também de forma pioneira, Aristóteles ainda menciona o componente fisiológico, que abrange todas as alterações somáticas e neurológicas observadas no transcorrer de uma experiência emocional (KNNUTTILA, 2004; LEIGHTON, 1982). Esses componentes estão inerentemente emaranhados na constituição do fenômeno emotivo, compondo um castelo teórico de quatro pilares interdependentes.

Todavia, além de teorizar sobre as emoções sob um ângulo ontológico (o que elas efetivamente são?) e gnosiológico (de que forma nos relacionamos intelectualmente com elas?), Aristóteles dedica muito de sua energia reflexiva ao pensamento sobre as implicações éticas dos afetos na vida política da Cidade. Em seu trabalho dedicado ao tema, a **Ética a Nicômaco** (2002), Aristóteles discute a inter-relação entre os aspectos emocionais e a dinâmica da vida na Polis, valorando moralmente as condutas dos indivíduos à luz, em especial, de sua reflexão sobre as ideias de virtude e justiça. Para o pensador, a conduta concreta, resultante do embate entre as diferentes partes constitutivas dos afetos, deve determinar o estatuto político do indivíduo na sociedade grega (LEIGHTON, 1982). Assim, por exemplo, se um determinado cidadão da Polis, ao deliberar e agir no mundo, o faz com temperança e tranquilidade, podemos entender que, no conflito entre os quatro componentes que constituem os afetos, a camada intelectual de sua afetividade obteve proeminência. Diante de tal avaliação, a atribuição de uma posição social e política privilegiada a esse sujeito se mostraria legítima. Por outro lado, um indivíduo que se deixa tomar pela raiva ou o ódio em seu comportamento demonstra não ter o controle desejado de suas sensações (componente sensorial), sua natureza (componente comportamental) e seus impulsos (componente fisiológico), devendo ser posicionado em uma franja inferior da sociedade grega – o que, no período em que Aristóteles viveu, significava escravidão.

Exposta a concepção aristotélica dos afetos, podemos apresentar o campo da Psicologia Discursiva Crítica e a discussão acerca do conceito de repertório interpretativo (WETHERELL, 1998), que orientará a análise que busco empreender neste trabalho.

Psicologia Discursiva Crítica

A Psicologia Discursiva Crítica (doravante PDC) emerge como um ramo sobressalente da Psicologia Discursiva (doravante PD) – campo do saber que ensaia seus primeiros passos autônomos no final da década de 1980. Foi a percepção das lacunas e insuficiências da abordagem etnometodológica da PD – em especial, o baixo vigor crítico de tal abordagem - que levaram Potter e Wetherell (1998) a estabelecerem alguns dos pilares teóricos de fundação da PDC como um ramo dissidente de sua disciplina mãe, ainda que com esta mantenha muitos pontos de tangência. Essa corrente teórica emergente tem como base dois preceitos fundamentais: a ideia de que a realidade social não é dada a priori, mas é construída pelo entrechoque de práticas discursivas e o entendimento de que todos os fenômenos discursivos se constituem na inter-relação dialética entre instâncias macrossociais, culturais e históricas – e micro – situadas em cada interação.

Considerando os interesses fulcrais e os realinhamentos que deram origem à

PDC, três conceitos assumem posição de proa em seu edifício teórico-analítico: dilemas ideológicos, posições subjetivas e repertórios interpretativos. Tomando como base o escopo e os objetivos deste artigo, me restrinjo a apresentar apenas este último. A ideia de repertório interpretativo foi importada para o terreno da PDC por Potter e Wetherrel (1987, p. 138), sendo definida como "um tesauro ou um registro de termos sobre os quais nos assentamos para caracterizar e avaliar ações e eventos". Em última instância, os repertórios interpretativos representam modelos de inteligibilidade que gozam de algum nível de convenção social – conquistada em meio à trajetória de embates e interesses políticos, sociais e culturais -, sendo, portanto, um insumo intersubjetivo de construção de entendimentos e significados sobre a realidade social. De um ponto de vista abstrato, poderíamos dizer que os repertórios interpretativos despontam como unidades do conhecimento dóxico (WETHERELL, 1998) de uma determinada comunidade.

As linhas gerais dessa reflexão compõem os pilares centrais da PDC, sobre os quais o presente artigo se situa. Nesse sentido, o entendimento aristotélico sobre a questão dos afetos representa uma matriz geradora de múltiplos repertórios interpretativos disponibilizados no mercado cultural hegemônico ocidental (WETHERELL, 1998) a partir do qual indivíduos podem construir argumentos, teorizações e avaliações convincentes e, em alguma medida, familiares – sendo tal familiaridade instituída pela força da convenção desse esquema explicativo.

Discutida a fundamentação teórica que sustenta este escrito, apresento brevemente a situação de geração dos dados e os(as) participantes/artífices deste trabalho.

Metodologia

Conforme já mencionado anteriormente, o presente artigo encontra-se inserido em um projeto de pesquisa mais amplo que tem como objetivo principal entender de que forma um grupo heterogêneo de professores(as) de inglês constrói discursivamente o papel desempenhado pelos afetos no processo de ensino/aprendizagem dessa língua. Ao todo, foram geradas trinta e três entrevistas semiestruturadas. A opção por empreender tal formatação interacional ao evento de geração de dados se mostra coerente com os preceitos da pesquisa qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006), com os quais me alinho neste trabalho. Fundamentalmente, apenas o tema foi estabelecido previamente (o papel dos afetos no processo de ensino/aprendizagem), sendo grande parte das entrevistas iniciadas pela pergunta: de que forma você acha que os afetos influenciam na sua sala de aula?

O presente artigo conta com a participação de duas professoras, Fabiana e Daniele (nomes fictícios), cujos entendimentos discursivamente construídos acerca da esfinge apresentada pareceram se ancorar no repertório interpretativo da concepção aristotélica dos afetos. Visando ofertar um breve painel identitário das participantes, pedi para cada uma delas redigir um autorretrato discursivo, no qual elas poderiam se apresentar da maneira que mais lhes parecesse conveniente. Trago essas duas fotografias a seguir:

> Meu nome é Fabiana e tenho 33 anos. Dou aula de inglês desde o tempo em que eu ainda estava na faculdade. Comecei a minha carreira docente dando aula em cursinhos de inglês e hoje em dia atuo na rede pública municipal de São Gonçalo. Desde criança, sempre sonhei em dar aula de inglês. Adoro a língua e acho que é fundamental as crianças aprenderem esse idioma que é tão importante para a vida deles desde cedo.

> Meu nome é Daniele. Sou de São João de Meriti. Aprendi a falar inglês tarde, quando já era adulta e acho que isso impactou muito na minha vida. Acho que se eu tivesse aprendido quando eu ainda era criança a falar inglês muitas oportunidades e portas teriam se aberto. Hoje, como professora de inglês, tento fazer com que meus alunos não padeçam desse mesmo mal que eu padeci.

Findada a breve discussão acerca dos expedientes teórico-metodológicos que balizam o presente artigo e apresentadas as co-autoras desta pesquisa, na seção subsequente, analiso alguns trechos das minhas entrevistas com as duas participantes à luz do arcabouço teórico e dos interesses investigativos orientadores deste trabalho.

Análise dos Dados

Divido esta seção em dois momentos distintos. Primeiramente, parto da tentativa de sintetização da concepção aristotélica dos afetos em dois repertórios interpretativos fundamentais – a natureza componencial das emoções e a apologia à submissão dos componentes corpóreo-sensoriais constituintes dos afetos ao jugo da razão – e analiso de que forma tais repertórios se materializam discursivamente ao longo das minhas interações com as duas professoras. Em seguida, discuto em que medida tais repertórios interpretativos se mostram coerentes com os objetivos fulcrais da virada afetiva.

Repertório interpretativo 1: os afetos como uma unidade complexa formada pelo cômpito de diferentes componentes

Conforme já discutido anteriormente, para Aristóteles (2005), os afetos emergem como o resultado da inter-relação entre quatro componentes distintos: o avaliativo-cognitivo, o sensorial, o fisiológico e o comportamental. Nesse sentido, os afetos são representados como o produto final de um processo formativo complexo em que diferentes facetas da substancialidade humana se entrepõem. Pois bem, esse esquema de inteligibilidade se instancia discursivamente – mesmo que não de forma pari passu – em diferentes momentos da minha interação com as participantes desta pesquisa. Abaixo, trago um desses episódios de materialização discursiva em minha conversa com Fabiana[1].

1 As transcrições apresentadas neste artigo se alinham ao modelo proposto por Garcez, Bulla e Loder (2014).

Fragmento 1: "Isso é uma questão cabeludíssima"

Diego	01	mas assim (.) que que tu acha sobre os afetos:::
	02	tipo:: (0,5) como que tu acha que eles
	03	influenciam na tua prática lá na escola↑?
Fabiana	04	putz (.) isso é uma questão cabeludíssima
	05	((risos)) >muito< cabeluda
Diego	06	aé:: mas porque que tu acha que é tão complicado
	07	assim?
Fabiana	08	putz::::: falar de emoção (.) afeto né↑ (0,5) é
	09	muito complicado, <porque quando a gente fala de
	10	emoção> na verdade (.) <a gente tá falando de um
	11	monte de coisa né↑> tipo (.)daquilo que você
	12	sente na tua mente mas também das coisas que
	13	você sente no teu cor::po <sei lá> das tuas
	14	sensações (.) aquele friozinho na espinha nó na
	15	garganta né::: pega sei lá desde a sua biologia
	16	até as coisas mas:::: >diga::mos<ma:::is <sei
	17	lá>abstratas como amor de mãe <e tal> (.) acho
	18	que falar de afeto é falar desse monte de coisa
		misturado

Apesar de mais simples do que a proposta de Aristóteles, o modelo erigido pela participante traz em seu bojo o ponto nevrálgico da concepção componencial, que, de forma sintética, entende as emoções como um encontro holístico de erupções corporais com o poder abstrativo da mente humana. Assim, quando Fabiana, em seu esforço reflexivo, apresenta os afetos como um produto resultante do diálogo entre mente e corpo (linhas 9-13) ou de elementos biológicos e abstratos (linhas 15-16), torna-se patente a subjacência do repertório interpretativo que consagra às emoções um caráter componencial sob o sistema teórico tecido pela interagente no fragmento 1.

Todavia, mais central do que a aderência da teorização de Fabiana ao imperativo da articulação mente-corpo é o entendimento de que a gênese das emoções se dá não na soma ou simples aglutinação de tais elementos, mas sim em sua polimerização complexa na experiencialidade individual. Tal posicionamento se materializa discursivamente nas linhas finais do segmento interacional em questão, momento em que a partícipe da pesquisa atribui justamente à mistura desses elementos fisiológicos e cognitivos a potência fundadora dos afetos (linhas 17-18).

Se, a princípio, pensar as emoções como um entrelaçamento dialético entre corpo e alma não parece ensejar maiores problemas, alguns dos desdobramentos dessa ideia – em especial, a tendência a, a partir de tal distinção, instituir uma hierarquização entre os elementos corporais e racionais – podem ter graves consequências. É nessa direção que se dá a apresentação do segundo repertório interpretativo sobre o qual as participantes deste trabalho constroem suas teorizações e, em seguida, a análise do fragmento 2.

Repertório Interpretativo 2: *A soberania do componente avaliativo-cognitivo sobre os demais constituintes dos afetos como um imperativo ético*

Segundo a reflexão apresentada por Aristóteles (2002), o indivíduo cujas ações e decisões são orientadas pelo componente intelectual das emoções deve gozar de um estatuto político privilegiado na Polis, subjugando aqueles cujos afetos são impulsionados pelas sensações, instintos e pulsões inferiores. Felizmente, ao longo dos dados gerados para esta pesquisa, as implicações de tal concepção não foram levadas discursivamente às últimas consequências – da forma que o são na obra aristotélica. Todavia, em um determinado momento de minha interação com Daniele, é possível notarmos um episódio de materialização recontextualizada desse modelo explicativo desenvolvido pelo filósofo.

Fragmento 2: *"quem vai se dar bem na vida é aquele cara que pensar de forma mais racional"*

Diego	01	mas o que que tu acha (.) digamo (.) mais
	02	pessoalmente né↑ na tua experiência em relação
	03	aos-afetos (.) emoções e tal↑
Daniele	04	assim (1,0) quando você dá aula pra criança
	05	(.)<que nem eu dou> você tem que se acostumar com
	06	isso né (.) as crianças <e adolescentes também>
	07	são assim né (.) mas as::sim (.) não acho que
	08	ajude muito na hora da aula (.) de aprender né
Diego	09	aé porque?
Daniele	10	porque assim:: <e isso a gente vê muito (.) com
	11	muita clareza hoje em dia> (.)°na política e tal°
	12	como que essa coisa das paixões (.) do excesso de
	13	paixões atrapalha o raciocínio mais racional (.)
	14	num sei (.) eu acho que acontece a mesma coisa na
	15	hora da aula, sabe se os alunos começam a agir de
	16	forma::: <assim> (.) emotiva <digamos> imagina
	17	começar a tremer na hora de falar uma frase em
	18	inglês (.)chorar se desesperar (.) obviamente
	19	isso não ajuda (.) e eu acho que o nosso trabalho,
	20	já que você perguntou diego an::::: é ajudar os
	21	alunos nesse sentido sabe
Diego	22	°urrum°
Daniele	23	porque vai ser isso que eles vão ser cobrados na
	24	vida (.) no trabalho e tal (.) é a racionalidade
	25	(.) se numa entrevista de emprego o aluno começar
	26	a chorar ele nunca vai ser contratado (.) e eu
	27	acho certo mesmo que seja desse jeito porque cê
	28	imagina (.) você vai fazer uma:: sei lá (.)
	29	CIRURGIA e o médico tá lá (.) chorando e tremendo
	30	(.) que confiança tu vai ter nesse cara
Diego	31	[°é verdade°]
Daniele	32	[no fim das contas] (.) a gente acha bonitinho
	33	essa coisa de emoção e tal mas quem vai se dar
	34	bem na vida é aquele cara que pensar de forma mais
	35	racional né↑

Diferente do fragmento anterior em que Fabiana versa sobre a questão dos afetos apenas à luz de sua complexidade inerente, sem lhes imprimir algum tipo de valoração ética, Daniele mergulha em uma reflexão moral, tendo como mote central a perniciosidade das ações balizadas por elementos passionais em comparação com aquelas guiadas pela poiésis da Razão. Tal esforço argumentativo tem como faísca de ignição a indagação apresentada por Diego[2] (linhas 1-3), impulsionando Daniele em uma articulação entre seu entendimento abstrato acerca das emoções e sua experiência docente empírica. A réplica da participante, em grande medida, parece causar um estranhamento em seu interlocutor, levando-o a questioná-la sobre o porquê de tais colocações. E é justamente no empreendimento de construir uma explicação retoricamente consistente de suas posições que Daniele se apoia no repertório interpretativo preconizador de uma hierarquização ética entre as ações consideradas afetivas e as suas análogas racionais, remetendo ao esquema teórico aristotélico.

Um primeiro aspecto que me parece digno de nota nesse labor descrito no parágrafo anterior se refere à articulação realizada por Daniele, que se dá entre as linhas 4-8, aproximando o comportamento afetivo da infantilidade ou da falta de maturidade. Naturalmente, tal analogia se mostra carregada de elementos valorativos, pois, ao referendar que a presença maciça dos afetos na sala de aula apenas se configura como uma questão a ser levada em consideração quando se ensina crianças e adolescentes, coloca-se tais fenômenos na categoria de comportamentos infantilizados a serem eliminados pelo processo educacional de formação de tais indivíduos, que, idealmente, culminaria em homens e mulheres adultos imunes a manifestações emocionais mais relevantes. Contudo, além de atribuir aos afetos um estatuto de manifestação de imaturidade individual, Daniele esvazia o seu potencial pedagógico, asseverando a relativa inutilidade desses elementos humanos no processo de aprendizagem (linhas 7-8).

Esse posicionamento materializado discursivamente nas palavras de Daniele parece causar algum tipo de inquietação em Diego, levando-o a questionar sua interlocutora acerca de suas colocações (aé porque?). Como resposta a tal indagação, a participante se engaja em um trabalho argumentativo que toma como mote central a nocividade das paixões, qualificando-as como corruptoras da racionalidade. Na construção desse edifício retórico, a partícipe desta pesquisa estabelece um nexo entre a reflexão abstrata empreendida acerca da perniciosidade dos afetos e o momento político brasileiro atual, o qual, segundo a mesma, tem como um de seus ingredientes mais marcantes a presença em demasia das paixões (linhas 10-13).

O recurso comparativo empregado por Daniele lhe abre as portas para articular a situação problemática do cenário político hodierno no Brasil ao contexto que lhe é mais premente: a sala de aula em que a participante atua como professora de inglês (eu acho que acontece a mesma coisa na hora da aula). Deslocando o escopo de sua argumentação para o espaço pedagógico, mais uma vez, Daniele atribui aos elementos afetivos o papel negativo de propulsores de reações inconvenientes e indesejadas no processo de aprendizagem de línguas (linhas 15-19).

Contudo, nesse momento, a participante estabelece com maior vigor uma instância de hierarquização ética entre racionalidade e afetividade, não apenas

2 Por razões estilísticas, opto por me referir às minhas colocações na terceira pessoa ao longo desta análise.

atribuindo a tais elementos valores distintos em tal esquema (sendo a ação racional mais valorosa que o impulso das emoções), mas também advogando como função docente o desenvolvimento das capacidades cognitivas e a supressão dos afetos (linhas 19-21). Como justificativa para esse conjunto de posições, Daniele apresenta um argumento de viés pragmático para a apologia da razão em detrimento das emoções (linhas 23-24). Tal argumentação, em seguida, é corroborada por exemplos que visam conferir maior consistência a essa reflexão de caráter abstrato (linhas 25-29).

Concluindo seu trabalho reflexivo concretizado no fragmento 2, Daniele ainda apresenta uma crítica bastante contundente aos esquemas de pensamento que valorizam as emoções, instituindo-as como elementos importantes no fazer da sala de aula (linhas 32-35). Nesse sentido, o emprego do termo bonitinho, permeado por uma aura de ironia, evidencia a posição da participante, entendendo essa tentativa de valorização dos afetos como uma posição hipócrita e despreocupada com o futuro das crianças e adolescentes que hoje se encontram nas escolas.

Após analisar de que maneira os repertórios interpretativos esteados na teoria aristotélica das emoções emergem de forma repaginada e recontextualizada nos discursos de professoras de inglês acerca de suas experiências docentes, me engajo, na seção seguinte, em uma discussão acerca do nível de consonância entre tais modelos e os preceitos fundamentais da virada afetiva.

Discussão

Partindo da análise apresentada na seção anterior, torna-se nítido que os repertórios interpretativos fundados no modelo teórico aristotélico ainda encontram-se vigentes e atuantes no mercado dóxico de discursos intersubjetivamente disponíveis pela força da convenção social. Articulando essa observação à, já abordada, ideia de uma emergente virada afetiva, que atribui centralidade temática e ética aos aspectos afetivos na vida humana, um questionamento se impõe: em que medida o sistema aristotélico de entendimentos sobre a esfinge das emoções se alinha aos objetivos e aos direcionamentos epistemológicos que fundaram esse movimento?

Conforme evidenciado ao longo da análise dos fragmentos 1 e 2, a defesa do imperativo da soberania racional sobre os demais componentes constituintes das emoções, em última instância, implica em uma marginalização e uma desqualificação de qualquer comportamento de caráter afetivo (ou que assim seja julgado por um dado indivíduo). Nesse sentido, o único tipo de manifestação emocional aceita sob a égide de tal concepção é aquela tutelada de maneira severa pelo chicote da razão.

Os desdobramentos da presença de tais repertórios interpretativos no ambiente de ensino/aprendizagem são múltiplos e potencialmente graves. Em primeiro lugar, essas concepções atribuem às emoções o carimbo de "erro a ser corrigido" ou, quando muito, "defeito a ser superado pela maturação humana proveniente da educação", advogando a ideia de que a atividade cognitiva deve atuar como vigilante contra os rompantes incontroláveis dos afetos. Mais importante ainda me parece ser o fato de tais esquemas de inteligibilidade preconizarem o(a) professor(a) como uma espécie de sentinela institucional contra exasperações afetivas indesejadas, aceitando-as somente em jovens e crianças como a expressão de um problema a ser corrigido – assim como

um médico aceita um sintoma como uma sinalização de uma dada doença. Tais entendimentos não parecem comportar uma compreensão humanista de sala de aula, que valorize as experiências subjetivas e o potencial criativo de cada pessoa presente naquele espaço como fonte de construção de conhecimento – balizamentos centrais da virada afetiva.

Considerações Finais

É possível notar uma atmosfera de celebração em alguns trabalhos que se inserem investigativamente no processo de ensino/aprendizagem de línguas acerca da entrada com todo o fôlego da reflexão sobre os afetos na agenda de pesquisa das áreas em que tais estudos estão localizados, o que, em última análise, contribuiria para uma revalorização das emoções nas salas de aula onde tal saber é construído (BARBOSA; BEDRAN, 2016; SILVA; BARBOSA, 2016 - apenas para citar alguns exemplos). Apesar de entender que tal ressignificação mereça alguma comemoração, penso que o mero aumento quantitativo de estudos sobre o tema da afetividade não necessariamente implica em ganhos reais para o fazer pedagógico quando não regido por uma reformulação teórica acerca dos afetos.

Na esteira dessa reflexão, Pavlenko (2013) denunciou os obstáculos impostos contra a concretização de uma virada afetiva que preconize uma revalorização do sujeito como senhor(a) das suas emoções, inter-relacionada dialeticamente com a consciência de que tal assenhoramento se dá mediado por inúmeras instâncias sociais, culturais, históricas e discursivas. Em linha com o esforço da autora, se encontra o projeto de pesquisa em que este artigo está inserido. Ao percebermos a influência ainda desempenhada por repertórios interpretativos assentados na concepção aristotélica sobre os afetos, torna-se candente a necessidade de substituir a euforia com a retomada contemporânea de interesse nas emoções por uma preocupação séria com os rumos teóricos desse movimento. Diante das considerações erigidas ao longo deste trabalho, faz-se cada vez mais imperativo impor maior consistência e musculatura teórica nos trabalhos que versam sobre a afetividade em contextos de ensino/aprendizagem, substituindo definições ocas e confusas desse fenômeno por teorizações mais robustas, holísticas e geradoras de inteligibilidades mais consistentes. Sem tal empreendimento, receio que, em um futuro próximo, possamos encontrar-nos saudosos dos tempos em que os afetos eram olvidados em face de uma hegemonia teórica que apenas lembre-se dos mesmos para recriminá-los como um produto subdesenvolvido da evolução humana.

REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

_____. **Ética a Nicômaco**. Tradução, estudo e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2002.

BARBOSA, S. M. A. D.; BEDRAN, P. F. Discurso e relações de poder na (re)construção da identidade profissional de professores de língua em uma comunidade de prática no

ambiente digital. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 15, p. 117-117, 2016.
DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
EDLEY, N. Analysing Masculinity: Interpretative Repertoires, Ideological Dilemmas and Subject Positions. In M. Wetherell, S. Taylor and S.J. Yates (eds) **Discourse as Data: A Guide to Analysis**. London: Sage and the Open University. 2001. p 189-228.
GARCEZ, P. M.; BULLA, G. S.; LODER, L. L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. In: Cavalcanti, Marilda do Couto; Zanotto, Mara Sophia (Orgs.). **Trajetórias de pesquisa em Linguística Aplicada.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
LEIGHTON, S. R. Aristotle and the Emotions, **Phronesis: A Journal For Ancient Philosophy**, 27, 1982. pp. 144-174.
PAVLENKO, A.The Affective Turn in SLA: From 'Affective Factors' to 'Language Desire' and 'Commodification of Affect'. In: **The Affective Dimension in Second Language Acquisition**. Ed: BIELSKA, J.; GABRYS-BARKER, D.; Salisbury. 2013. pp. 5-61.
POTTER, J.; WETHERELL, M. Discourse analysis and the identification of interpretative repertoires. In: ANTAKI, C. **Explaining and Arguing**: The Social Organisation of Accounts. London: Sage, 1994. p. 169-183.
SILVA, F.V.; BARBOSA, M.S.M.F. Até que o ghosting os separe: a produção de subjetividade em discursos sobre o amor virtual. **Calidoscópio,** Vol. 14, n. 2, p. 265-275, mai/ago 2016.
WETHERELL, M. Positioning and interpretative repertoires: Conversation analysis and post-structuralism in dialogue. **Discourse and Society**, 9(3), 387-412, 1998.

ABSTRACT: the objective of this work is to understand how a body of interpretative repertoires based on the thought of Aristotle systematize discursively the reflection of English teachers regarding the influence of the affects in the process of learning/teaching this language. In order to do so, guided by the precepts of Critical Discursive Psychology, I lean myself on two English teachers' reflective-discursive constructions that had as a foundation for their stances about the affects the Aristotelian theoretical scheme. Finally, I discuss critically to what extension this philosophical system is in line with the contemporarily hegemonic understanding about the affects, highlighting possible consequences of this dialogue – that is instantiated in the discourses of the participants of this research.

Keywords: Critical Discursive Psychology; Affect; Aristotle; Affective Turn.

ARTIGO

E educação como formação de um capital humano

TÂNIA CRISTINA ROSA DOS SANTOS

ISSN 2318-3985 Volume 6 Número 11 Jan - Jun 2018

A EDUCAÇÃO COMO FORMAÇÃO DE UM CAPITAL HUMANO

Tânia Cristina Rosa dos Santos
Psicóloga graduada pela UNIABEU. Também professora da Prefeitura Municipal de Belford Roxo.

RESUMO: Este trabalho é parte de uma pesquisa que culminou no trabalho de conclusão de curso em Psicologia "Construção de sujeitos críticos no cenário escolar", e trata do consenso pré-teórico da escola como espaço para capacitação da mão de obra para ingressar no mercado de trabalho. Pressupomos que esse consenso tenha raízes na "teoria do capital humano", desenvolvido por Theodore Schultz. Confronta-se essa teoria às reflexões de Aple, que acredita que os problemas enfrentados pela Educaçã, não estão atrelados, meramente, à aspectos econômicos e referem-se a elementos de uma crise estrutural (ou seja, uma crise política e cultural/ideológica). Nessa direção, o trabalho se desdobra a tentar compreender de que maneira uma sociedade dissemina sua cultura dominante e os seus efeitos sobre as consciências e a capacidade crítica dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação; capital humano; formação; indústria cultural.

Introdução

Geralmente, encontramos na abertura das sessões de um trabalho de pesquisa uma frase ou um pensamento (epígrafe) considerado um recorte da principal ideia que se pretende desenvolver no determinado capítulo. Contudo, consideramos que as pressuposições que nos conduziram à presente pesquisa e à redação deste texto não poderiam ser melhor traduzidas do que pelas imagens em destaque.

Na primeira imagem, o que nos chama atenção é a palavra "convocado". Convocação, na grande maioria das vezes, é uma palavra usada para se exigir a presença de uma pessoa (em quartéis, concursos públicos, por exemplo), sem que esta tenha o direito de escolher se deseja ou se tem condições de se apresentar ou não. Esta palavra nos sugere uma solicitação imperativa. Carrega no seu significado uma ideia de ordem (e "ordens devem ser obedecidas"), ou caso o indivíduo escolha não se apresentar nas condições preestabelecidas, pode haver consequências punitivas por sua ausência (militares podem ficar reclusos em seus batalhões, "concurseiros" perdem seu direito ao cargo). Após essa análise nos questionamos: quem está nos "convocando" para esse mercado de trabalho? Quais as consequências punitivas para quem não atende ao chamado imperativo do mercado?

A segunda imagem foi escolhida para nos fazer pensar nas razões pelas quais uma palavra do vocabulário da economia, que diz respeito a uma estratégia de aplicação em capital com o objetivo de obter ainda mais lucro se naturalizou no meio educacional. Não é pouco comum encontrarmos a palavra "investimento", em anúncios de cursos, especializações, graduações, pós-graduações, cursos de língua estrangeira e em propagandas de outros estabelecimentos educacionais, em substituição do que na verdade deveria aparecer como "custo" ou "despesa". Essa aparentemente simples substituição nos convoca a pensar sobre o papel da Educação para a atual sociedade capitalista (capitalismo esse, que já deixou de ser apenas um sistema econômico e transformou-se numa religião de culto ao sucesso)[1] na qual estamos inseridos e nos discursos reproduzidos diariamente que atribui ao grau de escolarização do sujeito a responsabilidade do fracasso ou ascensão do individuo.

Por fim, a terceira e mais intrigante das imagens foi escolhida, não por uma palavra específica presente na propaganda, mas pela ideia transmitida na imagem como um todo. É claro que o movimento de uma pessoa em direção à busca de conhecimento muda a vida. As diferentes ideias sobre o mundo, contexto social e as novas formas de enxergar o mundo podem mudar o rumo da vida e das escolhas de um sujeito, mas quem disse que necessariamente esse novo rumo conduzirá para dias tranquilos de sol à beira da piscina? Não que isso seja proibido ou que as pessoas não tenham esse direito, mas o que nos incomoda é essa concepção de que é através da educação que os indivíduos conquistarão o tão sonhado sucesso profissional e pessoal.

Esse capítulo destina-se a compreender de que forma se constitui e se estrutura essa concepção do senso comum de que a escola é o lugar para se adquirir o conhecimento necessário para se inserir no mercado de trabalho - concepção esta que

1 Walter Benjamin escreveu um texto de título "Capitalismo como religião", onde destaca algumas características desse sistema econômico que o apontam como uma estrutura religiosa. Uma das características destacadas pelo autor é a permanente e impiedosa celebração do seu culto, que ao contrário de outros segmentos religiosos, cujo culto tem finalidade de expiação da culpa do indivíduo, o culto do capitalismo universaliza a culpa para cravá-la ainda mais na consciência. O autor argumenta que "Faz parte da essência desse movimento religioso que é o capitalismo aguentar até o fim, até a culpabilização final e total de Deus, até que seja alcançado o estado de desespero universal, no qual ainda se deposita alguma esperança" (BENJAMIN, 2013, p. 22). A referência do texto é BENJAMIN, Walter. **Religião como capitalismo.** Trad. Nélio Schneider, Renato Ribeiro Pompeu. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

está estampada em outdoors, no marketing de instituições de ensino que garantem oferecer a "qualidade" que os indivíduos precisam para concorrerem ao mercado de trabalho.

Pressupomos que essa "qualidade" de ensino está a serviço das classes dominantes objetivando a perpetuação do modelo social que impera e que nada tem a ver com transformação ou igualdade social - pelo contrário o capitalismo precisa da desigualdade para continuar se sustentando. Observando esses discursos e como eles são reproduzidos pelos que mais se encontram em desvantagens nesse modelo econômico surge um questionamento: Seriam as escolas instrumentos para exercício da cidadania ou uma armadilha do sistema capitalista? Buscaremos nessa pesquisa encontrar resposta para esse e outros questionamentos.

Teoria do capital humano e a educação

Consagrados economistas introduziram o tema sobre a importância do homem no desenvolvimento econômico moderno. Entretanto se demonstraram tímidos, segundo Schultz (1973) professor de economia da educação, ao enfrentar o investimento em seres humanos como forma de capital. Provável que essa timidez esteja, segundo o mesmo autor, enraizada em questões morais, éticas e também filosóficas. Schultz (1973) aponta que

> Nossos valores e nossas crenças nos inibem de olhar para os seres humanos como bens de capital, à exceção da escravatura, e abominamos esta realidade. Não deixamos de estar afetados pela longa luta com a finalidade de livrar a sociedade dos serviçosimpostos e de evoluir para a constituição de instituições políticas e legais que livrassem o homem da vinculação de servidão. Consequentemente, tratar os seres humanos como riquezas que pode ser ampliada por investimento é um ato contrário a valores fundamentalmente arraigados. Parece que seria reduzir o homem, mais uma vez, a um componente material, a alguma coisa afim com a propriedade material. E para o homem, olhar-se para si mesmo como um bem de capital, ainda que isso não ponha em perigo a sua liberdade, pode parecer um achincalhamento feito por si próprio (SCHULTZ, 1973, p. 33).

Contudo, o economista estadunidense defende que "Ao investir em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posta à sua disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar" (Ibidem). Assim, em 1960, Theodore Schultz amplia o conceito tradicional de capital e dá forma á um novo conceito de investimento para modernização da economia, que nomeou de **teoria do capital humano**.

A teoria do capital humano surge da demanda de uma explicação satisfatória a rápida reconstrução de países em desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial e destaca que

> O Japão demostrou, além de qualquer dúvida, que uma rica provisão de recursos naturais não é um fator necessário para o desenvolvimento de uma economia moderna. Nem é necessário que seja determinado país um território amplo para que seja modernizado, como é evidente a partir do sucesso registrado por países tais como a Dinamarca e a Suíça, embora não tenham nem carvão, nem petróleo, nem mesmo terras agrícolas por natureza altamente produtivas. Durante as décadas recentes, o ponto de vista predominante tem sido o de que a fonte da abundância moderna é a industrialização, a saber, as usinas de aço, as organizações para fabricar máquinas, a eletrificação e um punhado de indústrias leves complementares. Mas esta visão da modernização foi também tida como inconsistente, em alguns países, por falta de uma moderna agricultura e, em outros, por falta de capacidade em produzir os itens industriais tão baratamente quanto o custo em importá-los (Ibidem, p. 12).

Ao debruçar-se sobre esse mistério que rodeava a economia, Schultz (1973) aposta no crescimento de investimento no homem e na pesquisa como "responsável pela maior parte do impressionante crescimento dos rendimentos reais do trabalhador" (ibidem, p. 32) e pela "superioridade produtiva dos países tecnicamente avançados" (Ibidem, p. 35). Por atribuir valor econômico ao conhecimento e ao desenvolvimento de capacidades, o autor coloca os trabalhadores na condição de capitalistas por considerar "a utilização do tempo de lazer para a melhoria de capacidades técnicas e de conhecimento" (Ibidem, p. 32), um fato que configura investimento em um bem que implicará na qualidade do seu trabalho e aumento da sua produtividade. Segundo, Schultz

> Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, nãoé óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença (SCHULTZ, 1973, p. 31).

A partir da formalização da teoria do capital humano, a educação passa a assumir um lugar importante no cenário econômico. Investir no capital humano

tornou-se fundamental para o desenvolvimento da sociedade e ascensão do indivíduo e consequentemente de seus rendimentos, o que coloca "na conta" da educação a responsabilidade de solução para os problemas da desigualdade social e, para aqueles que não conseguem a mobilidade social, resta-lhes a culpa, como nos diz Frigotto (1993).

> O investimento no "fator humano" passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, consequentemente, de mobilidade social. (FRIGOTTO, 1993, p. 41).

Essa perspectiva de investimento traz para a educação um caráter tecnicista, para capacitação e desenvolvimento de competências e habilidades que qualificarão o indivíduo - qualificação essa que permitirá que esse sujeito seja capaz de desenvolver melhor seu trabalho, produzir mais lucro. Sendo assim, o fracasso nesse modelo vigente é de inteira responsabilidade do indivíduo. Portanto, aquele que mais se "esforçou" e possui o maior grau de escolarização merece assumir o lugar mais alto da hierarquia social, enquanto para aquele que não se "esforçou" o bastante, deve contentar-se com a pobreza.

Sobre a função social da escola, o autor acredita que esteja a serviço das demandas do capital e argumenta que "a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho" (Ibidem, p. 26). Sendo assim, o autor entende a escola como um campo estratégico, pois que "mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros" (Ibidem, p. 44).

Nosso objetivo aqui não é desmerecer a importância do investimento em educação, muito menos negar a possibilidade de mobilidade social através dela. O que queremos nesse capítulo é investigar se essa concepção da educação como responsável por resolver os problemas do indivíduo e da sociedade, oculta interesses ideológicos. Contudo, questionamo-nos se a teoria do capital humano pode ser a venda que nos impede de enxergar os motivos que promovem a desigualdade social, através de seu perverso discurso de meritocracia (cada um tem a vida que merece).

Ideologia e Educação

Entre tantas concepções de ideologia, Moacir Gadotti (1982) se apropria dessa palavra para dar nome ao pensamento teórico que difunde uma "falsa visão da história, cuja finalidade é ocultar um projeto social, político e econômico da classe dominante" (GADOTTI, 1982, p. 31), como nos diz no trecho a seguir:

> Tomo a palavra ideologia, portanto como superestrutura ligada é distorção, à intenção de enganar, à dissimulação da situação real, agindo sobre os indivíduos de uma sociedade à maneira da coerção.

> Nesse sentido, podemos chamar de ideológico todo pensamento, todo discurso que, interpretando o mundo, o representa de maneira falsa, distorcida, cujos componentes essenciais ocultam suas raízes, suas origens econômicas, políticas e sociais (Ibidem, p. 32).

Para Gadotti (1982, p. 32), a ocultação é a substância dessa compreensão da ideologia (e que, portanto, tomaremos para essa pesquisa), que se manifesta na sociedade através de distorções e manifestações exercidas pelo Estado através da "pluralidade de aparelhos ideológicos"[2] (imprensa, sistema de partido, família, religião, escola etc.), os quais, apesar de serem menos ostensivos que os aparelhos repressivos do Estado (exército, polícia, tribunais etc.), são efetivamente mais eficazes no seu propósito de ocultação de interesses dominantes.

Compreendemos, a partir de Gadotti (1982), que esses aparelhos ideológicos têm função de difundir a doutrina política das classes dominantes, principalmente quando se utilizam de um discurso apolítico. Portanto, considerando que a Educação é um dos principais fatores para o desenvolvimento econômico de uma nação (de acordo com a teoria do capital humano), faz-se necessária minuciosa análise da função das instituições educacionais, enquanto aparelho ideológico do Estado, objetivando a manutenção de relações de dominação e exploração.

Apple (1989, p. 19-26), na obra **Educação e poder**, aponta para elementos de uma crise estrutural que, mesmo estando diretamente ligada à acumulação de capital, situa-se para além de questões meramente econômicas. Ela também atravessa processos políticos, culturais e ideológicos. Segundo este autor,

> Nossos problemas são sistêmicos, cada um deles sendo produzidos pelos outros. Cada aspecto do processo social no estado e na política, na vida cultural, em nossos modos de produzir, distribuir e consumir serve para afetar as relações dentro dos outros (e entre eles). À medida que um modo de produção esforça-se por reproduzir condições de sua própria existência, "ele" cria antagonismos e contradições em outras esferas. À medida que grupos de pessoas lutam em torno de questões de gênero, raça, e classe em cada uma dessas esferas, o processo cultural inteiro, incluindo a "economia", é também afetado (APPLE, 1989, p. 20; grifos do autor).

Para Apple (1989, p. 26), a escola nos últimos anos tem sido alvo de críticas por não exercer o caráter democrático e igualitário que se espera das instituições educacionais. Muito pelo contrário, o que tem se evidenciado é a reprodução de uma ordem social perversa no que diz respeito à classe, ao gênero e etnias através do seu currículo tanto o explícito quanto o oculto. O autor enfatiza a importância "de se examinar a relação entre o processo escolar e a manutenção dessas relações desiguais" (APPLE, 1989, p. 27).

2 A referência para explorar o conceito é ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

O currículo explícito, com seus conteúdos preestabelecidos, dizem que a escola deve proporcionar uma padronização a fim de providenciar "igualdade" no ensino, para que todos tenham as mesmas oportunidades. Mas e o currículo oculto? Quais são suas intenções?

Currículo, instrumento de reprodução da desigualdade e legitimação

Tecnicamente falando, o currículo se propõe ser "um conjunto geral de princípios que oriente o planejamento e a avaliação educacionais" (APPLE, 1989, p. 28). Essa iniciativa de elaboração de um método aparentemente neutro implica uma passividade dos sujeitos envolvidos no processo, alienados do real funcionamento da instituição escolar enquanto aparelho econômico e cultural da sociedade, não permitindo que os alunos entendam a qual grupo de interesse pertence os conhecimentos transmitidos na escola e quais as intenções políticas na preservação de determinados ensinamentos. O fato é que esse método "neutro" com raízes profundas no modelo industrial objetivando o controle dos trabalhadores e o aumento de sua produtividade serve "de forma ideal para ajudar a legitimar as bases estruturais da desigualdade" (APPLE, 1989, p. 29). Ainda falando sobre o conceito de legitimação, Apple afirma que

> [...] as tradições que dominam a área ajudam na reprodução da desigualdade e ao mesmo tempo servem para legitimar tanto as instituições que a recriam quanto nossas próprias ações dentro delas. Isto não significa afirmar que algumas crianças, individualmente, não estão, muitas vezes, sendo ajudadas por nossas práticas e nosso discurso: nem significa afirmar que todas as ações de nosso dia-a-dia estão na direção errada. Isto significa dizer que macroeconomicamente onosso trabalho serve a funções que pouco tem haver com nossas melhores intenções (APPLE, 1989, p. 29).

Enquanto aparelho do Estado, as escolas desempenham funções importantes na viabilização de condições para a acumulação de capital, organizando e selecionando o corpo discente hierarquicamente e para legitimação da desigualdade, sustentando a ideologia da meritocracia (APPLE, 1989. p. 31), ideologia esta abonada pela teoria do capital humano. Essas duas funções exercidas pelas instituições educacionais, acumulação de capital e legitimação, são contraditórias, e podem constantemente estar em conflito como Apple (1989, p.31) nos explica dizendo que

> As necessidades de acumulação de capital podem contradizer as necessidades de legitimação, umasituação que é presentemente bastante visível. Podemos observar isto, por exemplo, na relativa superprodução de indivíduos credenciados numa época em que a economia não mais "requer" tantas pessoas com altos salários. Esta mesma superprodução coloca em xeque a legitimidade das

> formas pelas quais as escolas funcionam. Num nível mais concreto, podemos ver as contradições da instituição no fato de que a escola tem diferentes obrigações ideológicas que podem estar em contradição (APPLE, 1989, p. 31; grifos do autor).

Considerando que a sociedade precisa de capacidades críticas para manter-se dinâmica, as escolas também devem trabalhar para dar aos estudantes condições de reflexões. Entretanto,essa condição crítica é o instrumento que pode desafiar o capital. Enxergar a escola como um cenário de contradições, nos convida a questionar se a esta seria a responsável pela acumulação e legitimação ou apenas uma das instituições envolvidas nesse processo social ideológico (Ibidem). Giroux (1997, p. 146), em sua obra **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**, nos diz que "a educação representa tanto um local como um tipo particular de envolvimento com a sociedade dominante". Para ele as escolas são apenas um dos locais onde a educação se promove e indivíduos "tanto produzem como são produtos de relações sociais e pedagógicas específicas" (Ibidem, p. 147). Dessa forma, podemos pressupor que antes mesmo que o sujeito seja inserido no contexto escolar, seu processo de formação para ser um capital humano e os mecanismos para reprodução da desigualdade já foram iniciados.

Acumulação, reprodução e hegemonia cultural - conflito e contradição

Trazendo as ideias de Gramsci para esta discussão, lembramos que uma ideologia dominante para que seja produzida e legitimada, o mais importante não são as instituições onde ocorrem, mas é imprescindível que tenham intelectuais que transmitam e legalizem os significados dessa ideologia dominante. Apple (1989, p. 32), pensando no contexto escolar, aponta para o educador como esse legitimador do processo de reprodução das práticas ideológicas dominantes no contexto escolar. O apontamento de Apple nos dá uma dimensão do quão alienados os educadores estão de sua condição profissional. Acreditando que seu trabalho está a serviço da transformação social, mas reforçando, em sua prática diária, a ordem já existente. E assim, o sucesso de alguns indivíduos que por algum motivo conseguem se adaptar a esse modelo, internalizando os discursos de reprodução e meritocracia, dá legitimidade à eficácia do modelo escolar, nos levando a pensar que errados são aqueles que não se adaptaram as tradições dominantes.

Numa concepção de senso comum, a capacidade intelectual se expressa na eloquência de artistas, filósofos, cientistas, pessoas que falam refinadamente ou que possuem um gosto sofisticado (e muitos deles se consideram os verdadeiros intelectuais da sociedade). Mas, para Gramsci (1982, p. 7-8), toda atividade humana exige uma intervenção intelectual. Sendo assim, todos poderiam contribuir para uma nova concepção de mundo e modificação da maneira de pensar sobre ele. Entretanto, nem todos exercem essa função de intelectual na sociedade. O obstáculo que se apresenta para o exercício dessa atividade intelectual, por todos os sujeitos, estaria na ausência de criticidade na elaboração ou desenvolvimento da capacidade intelectual de cada um. Gramsci (1982) ao pensar no caráter técnico que está atribuído a concepção de intelectualidade, ressalta:

> O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanente", já que não apenas orador puro e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece "especialista" e não se chega a "dirigente" (especialista mais político) (GRAMSCI, 1982. p. 8; grifos do autor).

Para o filósofo italiano, essas categorias de intelectuais especializados foram constituídas historicamente, através do relacionamento de determinados grupos sociais importantes com grupos dominantes que, portanto, lutaram pela "conquista ideológica dos intelectuais tradicionais" (idem). Através da eficácia dessa conquista, foram elaborados os seus intelectuais que têm por função assimilar e difundir as doutrinas dos grupos dominantes. No trecho abaixo o autor, explica como se potencializou o desenvolvimento desses intelectuais especializados:

> O enorme desenvolvimento alcançado pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que surgiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a "intelectualidade" de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. É este o resultado das instituições escolares de graus diversos, inclusive dos organismos que visam a promover a chamada "alta cultura", em todos os campos da ciência e da técnica (Ibidem, p. 9; grifos do autor).

Para Gramsci (1982), a escola é o meio pelo qual se originam os mais diversos níveis de intelectuais. Afirma isso pelo número de escolas especializadas em cada Estado, o que, consequentemente, determina o grau e complexidade cultural de determinado país. O autor nos diz ainda que o grau de complexidade da civilização de um país industrializado pode ser medido pela sua "capacidade de construir máquinas que construam máquinas e na fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas" (Ibidem). De igual modo podemos dizer que o poder e complexidade cultural de um país ou estado estão medidos na capacidade das escolas de instruir seus intelectuais especialistas necessários para difundir e ampliar cada vez mais as "verdades", os conhecimentos e os interesses dos grupos dominantes. O autor ainda chama a nossa atenção para outro ponto: como a constituição dessa categoria de intelectuais não se fundamenta em um campo democrático, mas está alicerçado em estruturas históricas tradicionais e dominantes.

O processo pelo qual se exerce algum tipo de dominação sobre toda uma sociedade pelo Estado, submetendo-a aos ideais de um grupo dominante, foi

denominado por Gramsci (1982) de hegemonia social e, segundo ele, os intelectuais especialistas são os funcionários que estão a serviço dos grupos dominantes para legitimação:

> 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (Ibidem, p. 11; grifos do autor).

Giroux (1997), também apresenta para essa discussão o conceito de capital cultural desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Capital cultural é o conceito utilizado pelo seu autor para nomear um sistema de significados, hábitos, gostos e normas que dizem respeito a uma determinada cultura dominante que se impõe como a "boa cultura" e incontestável sobre as classes dominadas. O conceito de capital cultural, diz respeito a uma espécie de herança cultural adquirida pelos indivíduos desde seu nascimento, que surge para explicar a demanda de desigualdades de desempenho no desenvolvimento escolar entre as diferentes classes sociais. O sociólogo francês afirma que essa desigualdade está relacionada com a "inércia cultural", reproduzida pelo sistema escolar, que pouco tem a ver com o fator de mobilidade social, serve meramente para dar legitimidade às desigualdades, tratando como dom natural àquilo que o autor chama de herança cultural (BOURDIEU, 2002, p. 41).

Nessa perspectiva, podemos considerar que se a escola dá privilégios para determinado capital cultural, os indivíduos que já trazem em sua bagagem a cultura privilegiada terão mais sucesso. Em contra partida aqueles que não tiveram acesso a cultura dominante já estão em desvantagem nesse processo. Vemos na teoria do capital cultural duas questões importantes para esta pesquisa, primeiro a falha do discurso meritocrático, ainda que o sujeito se "esforce", sempre estará um passo atrás daqueles que possuem o capital cultural privilegiado pela escola. Segundo ponto, essa pode ser a armadilha do capitalismo na escola para manutenção da desigualdade, e aqueles poucos que de alguma forma conseguem escapar da armadilha servem para legitimação do processo. pois acreditam que conseguiram em função de uma capacidade superior que os outros ou ainda discursam que a grande maioria que tropeçou não se esforçou o bastante.

Giroux (1997), também dialogando com Gramsci e seu conceito de hegemonia cultural[3], analisa que "o foco de dominação nos países industriais desenvolvidos do ocidente transferiu-se da confiança na força (polícia, exército, etc.) para o uso de um

3 O teórico social italiano chamou de hegemonia cultural um tipo de controle social que prevê a manipulação dos indivíduos por padronização das práticas diárias para através da saturação da consciência controlar os comportamentos cotidianos dos sujeitos.

aparato cultural que promove o consenso através da reprodução e distribuição dos sistemas dominantes de crenças e atitudes" (GIROUX, 1997, p. 113).

Ainda tratando desse "aparato cultural", a escola de Frankfurt, por sua vez, realizou um minucioso estudo sobre o tema e apontou para o crescente desenvolvimento da tecnologia, como estratégia para reprodução de uma cultura dominante e manutenção na estrutura socioeconômica da sociedade. Apontando para alguns desses aparatos de disseminação cultural, Adorno (2002) nos diz que

> Filme e rádio não têm mais necessidade de serem empacotados como arte. A verdade, cujo nome real é negócio, serve-lhes de ideologia. Esta deverá legitimar os refugos que de propósito produzem. Filme e rádio se autodefinem como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores-gerais tiram qualquer dúvida sobre a necessidade social de seus produtos. Os interessados adoram explicar a indústria cultural em termos tecnológicos. A participação de milhões em tal indústria imporia métodos de reprodução que, por seu turno, fazem com que inevitavelmente, em numerosos locais, necessidades iguais sejam satisfeitas com produtos estandardizados. O contraste técnico entre poucos centros de produção e uma recepção difusa exigiria, por força das coisas, organização e planificação da parte dos detentores. Os clichês seriam causados pelas necessidades dos consumidores: e só por isso seriam aceitos sem oposição (ADORNO, 2002, p. 169-170).

O que Adorno (2002) objetiva nesse trecho é explicar que a estratégia de manipulação por intermédio desses aparatos culturais cria um consenso de necessidades" individuais" e faz com que os indivíduos, além de acreditarem nessa racionalidade, participem também como reprodutores e disseminadores de necessidades padronizadas. De modo que as pessoas não percebam sua condição alienada.

Dialogando com essas perspectivas, Giroux (1997) considera que a reprodução de uma sociedade está diretamente relacionada à forma como essa reproduz e comunica o seu capital cultural ao público, transformando-o em uma importante questão política. Ao trazer esse caráter político para a produção e distribuição da cultura, Giroux (1997) esvazia a concepção de que esta seria a simples expressão ideológica dos grupos dominantes. Aliada a uma estrutura tecnológica ela dá forma aos "alicerces psicológicos e morais do sistema econômico e político" (Dreitzel apud GIROUX, 1997, p. 114). Para Giroux (1997), a ideologia da sociedade dominante se expressa através da sua íntima relação com o consumismo e positivismo, como nos mostra no trecho que diz:

> À medida que a cultura tornou-se industrializada na primeira parte do século vinte, ela desenvolveu novas formas de comunicação para difundir sua mensagem. A produção de mercadorias passou então a ser acompanhada pela reprodução crescente da consciência. Além

> disso, quando o capitalismo do século vinte deu origem à publicidade em massa e sua concomitante doutrina de consumismo desenfreado, todas as esferas da existência social foram então informadas, embora longe de serem totalmente controladas, pela nova racionalidade do capitalismo industrial desenvolvido. O marketing de massa, por exemplo, mudou drasticamente os domínios do trabalho e do lazer, e, como assinalou Stuart Ewen, preparou o palco para o controle da vida diária (GIROUX, 1997, p. 114).

Na mesma proporção que a administração científica transforma os processos de trabalho a cultura industrializada modifica a vida diária. Seguir na direção dessas transformações significava dar legitimidade a essas mudanças a partir de uma perspectiva positivista da ciência e da tecnologia (GIROUX, 1997, p. 113). Giroux, neste sentido, ainda assinala que

> Como modo de legitimação, esta forma de racionalidade tecnocrática tornou-se a hegemoniacultural prevalecente. Enquanto consciência prevalecente, ela glorifica a expansão continuada dos confortos da vida e da produtividade do trabalho através da submissão cada vez maior do público às leis que governam o domínio técnico tanto dos seres humanos como da natureza. O preço para maior produtividade é o refinamento e administração contínuos não simplesmente das forças de produção, mas da própria natureza constituinte da consciência (Ibidem).

Ainda tratando sobre a industrialização da cultura, Giroux traz para discussão o argumento de Hans Enzensberger que considera ser a mídia eletrônica "a principal força no que chama de industrialização da mente" (Enzensberger apud GIROUX, 1997, p. 115)[4]. O que este autor chama de "indústria da mente" não objetiva a venda de seus produtos, mas "vender a ordem existente. Perpetuar o padrão de dominação do homem pelo homem, sem importar quem dirige a sociedade, e através de quaisquer meios. Sua principal tarefa é expandir e treinar nossa consciência a fim de explorá-la" (Ibidem). Depois de Enzensberger, outros autores também se preocuparam com os efeitos da industrialização da cultura de massa sobre a capacidade crítica dos indivíduos e indicam que as formas sociais, políticas e culturais de democracia estariam sob ameaça, o que conceituou esse fenômeno de "novo analfabetismo", conceito esse que será explorado no segundo capítulo dessa pesquisa.

Sobre os riscos aos quais a democracia está exposta. Olgária Matos (2006), em sua obra de título **Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo** escreve que "aprofundam-se as dificuldades de uma República democrática no país no momento em que instituições e serviços são convertidos em bode-expiatório, de forma a privatizar as instituições públicas mediadas pelo Estado". A autora cita Oliveira (2003), em sua obra ,para dizer que

4 A referência é ENZENSBERGER, Hans. **The Consciousness Industry.** New York: Seabury, 1974.

> Tendências concentracionistas e centralizadoras do capitalismo contemporâneo caminham na contramão da democracia e da república. (...) A política é largadamente oligarquizada pelos partidos e os governos tornam-se mais e mais intransparentes; nas mais das vezes a institucionalidade erige-se em barreira à participação popular. (...) Tais tendências estão dizendo (...) que o voto popular é supérfluo, economicamente irrelevante e até um estorvo, que as instituições democráticas e republicanas são o pão escasso do circo para manter as energias cidadãs entretidas enquanto os grupos econômicos decidem o que é relevante. A democracia e a república são o luxo que o capital tem de conceder às massas, dando-lhes a ilusão de que controlam processos vitais, enquanto questões reais são decididas em instâncias restritas, inacessíveis e livres de qualquer controle (Oliveira apud Matos, 2006, p. 13).

Percebemos a partir da citação feita pela autora que o ato de descredibilizar a política, nada mais é uma estratégia para que cada vez mais preocupemo-nos como nossas vidas numa esfera privada e percamos a capacidade cidadã de pensar e reclamar nossos direitos.

É possível perceber que isto que Enzensberger denomina "indústria da mente" e Giroux irá chamar de "indústria da consciência" exerce fundamental influência da "redução do pensamento e imaginação coletiva a dimensões estritamente técnicas" (ibidem, p. 115), em especial a cultura visual. Contudo, Giroux enfatiza que a mídia eletrônica não possui a capacidade de produzir cultura. Ela nada mais é que "uma força mediadora na reprodução da consciência" (GIROUX, 1997, p. 116). Neste sentido, ele escreve que:

> A tecnologia da indústria da consciência não pode produzir cultura; ela só pode reproduzi-la e distribuí-la. Concomitantemente, a indústria da consciência não é a única agência de socialização. Em outras palavras, a cultura de massaem suas várias formas gera contradições e também consenso, embora com pesos diferentes. Tanto em termos objetivos quanto subjetivos, a tecnologia da indústria da cultura de massa cria focos de resistências alimentados por suas próprias contradições (Ibidem).

Dentro desse contexto, instituições como família, campo político, locais de trabalho, aparatos culturais e a escola "exercem funções vitais na recriação das condições necessárias para que a ideologia hegemônica seja mantida" (APPLE, 1989, p. 33), condições essas que estão constantemente sendo reelaboradas para a existência de uma ordem social a partir de relações antagônicas.

Argumentamos até aqui que as instituições educacionais são "agências importantes de reprodução social" (APPLE, 1989, p. 33) que contribuem na legitimação de padrões dominantes e que, na busca por uma metodologia "neutra", nos colocaram a serviço de interesses não-neutros, alienados do caráter político e econômico do

trabalho educacional. Considerando as discussões tratadas até o momento, o que está em questão é tentar interpretar como esse processo de hegemonia cultural se estabelece nas relações que são próprias do cenário escolar.

Para Apple, o Estado tornou-se um importante elemento na sua análise a partir do momento em que ele passou a perceber a existência de uma interação dinâmica no campo político, econômico e cultural. A partir dessa análise ficou claro para o autor que a educação, parte integrante do estado, possui características importantes para a criação de um consenso ativo e por isso não considera adequado reduzir o currículo só a interesses da classe dominante. Visto que o estado é um "local de conflito entre classes, e frações de classes e também entre grupos raciais e gêneros" (APPLE, 1989, p. 44), a escola e seu currículo assumem respectivamente, a posição de campo e estratégia de conflito e luta para reelaboração e manutenção da ideologia hegemônica. Desta forma, podemos considerar que

> Mesmo as reformas propostas para modificar tanto a forma sob a qual as escolas são organizadas e controladas, quanto o que é realmente ensinado, são parte desse processo. Elas também são parte de um discurso ideológico que reflete os conflitos no interior do estado e as tentativas por parte do aparato do estado tanto para manter sua própria legitimidade quanto a do circundante processo de acumulação (APPLE, 1989, p. 44).

Ao analisarmos a escola e o seu papel ideológico é fundamental debruçarmo-nos sobre o seu currículo e as interações sociais que nela ocorrem buscando respostas para questões "como ele organiza nossos significados e ações, suas sequências temporais e implicações interpessoais, sua integração como os processos da acumulação de capital e com a legitimação de ideologias" (Ibidem, p. 47). E assim compreendermos sob quais formas dominantes desenvolvem o controle e o conflito. Consequentemente podemos dar visibilidade à integração das intervenções do Estado e do controle do processo de trabalho no cotidiano do cenário escolar.

Educação como produto de consumo

Bourdieu (2012), no texto **Os três estados do capital cultural**, contrapondo o caráter meritocrático da teoria do capital humano, critica os economistas por se debruçarem apenas sobre questões relacionadas aos benefícios advindos do investimento educacional ou ainda sobre estudos que relacionam os custos ao tempo de investimento econômico até que seja convertido em dinheiro novamente. O problema aqui é que se ocultam dessa análise as questões relacionadas aos investimentos econômico e cultural das diferentes classes sociais, não sistematizando as diferenças das possibilidades de lucro devido à diferença de volume de patrimônio tanto econômico quanto cultural. O autor nos diz que:

> A definição tipicamente funcionalista das funções da educação, que ignora a contribuição que o sistema de ensino traz à reprodução da

> estrutura social, sancionando a transmissão hereditária do capital cultural, encontra-se, de fato, implicada, desde a origem, numa definição do "capital humano" que apesar de suas conotações "humanistas", não escapa ao economicismo e ignora, dentre outras coisas, que o rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família e que o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social - também herdado - que pode ser colocado a seu serviço (BOURDIEU, 2002, p. 74; grifos do autor).

Como o título de seu trabalho nos sugere, Bordieu (2002) aponta para três estados pelos quais o capital cultural pode se apresentar, são eles: estado incorporado, estado objetivado e o estado institucionalizado. O capital cultural no estado incorporado diz respeito a uma acumulação de capital como "uma propriedade que se fez no corpo e tornou-se parte integrante da 'pessoa', um habitus" (Ibidem, p. 74; grifos do autor). Essa forma de capital não pode ser transmitida de forma rápida, ou doada, comprada ou trocada, pois demanda tempo da pessoa que a adquire, mas pode ser transmitida de forma dissimulada, inconsciente ou até mesmo invisível. No segundo estado, o objetivado, o capital cultural assume um caráter materializado (quadros, livros, máquinas, instrumentos), ou seja, de bens materiais que podem ser transmitidos (mas que só terão significado na relação com o capital cultural incorporado).

Chegamos, enfim, ao terceiro estado do capital cultural, o institucionalizado, e que julgamos ser o mais importante para esse ponto da pesquisa. O estado institucionalizado do capital se apresenta na forma de diploma. O diploma, como "certidão de competência cultural" atribui ao seu portador um "valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura" (Ibidem, p. 78). Em outras palavras o diploma confere ao seu portador (o intelectual especialista, como vimos em Gramsci) um reconhecimento de poder sobre determinado saber e cultura. Tratando desse reconhecimento institucional da cultura, Bourdieu (2002), nos diz que:

> Ao conferir o capital cultural possuído por determinado agente um reconhecimento institucional, o certificado escolar permite, além disso, a comparação entre diplomados e, até mesmo, sua "permuta" (substituindo-os uns pelos outros na sucessão); permite também estabelecer taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico, garantindo o valor em dinheiro de determinado capital escolar. Produto da conversão de capital econômico em capital cultural, do detentor de determinado diploma em relação aos outros detentores de diplomas e, inseparavelmente, o valor em dinheiro pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho - o investimento escolar só tem sentido se um mínimo de reversibilidade da conversão que ele implica for objetivamente garantido. Pelo fato de os benefícios materiais e simbólicos que o certificado escolar garante, dependem também de sua raridade, pode ocorrer que os investimentos (em tempo e esforço) sejam menos rentáveis do

> que se previa no momento em que eles foram realizados (com a modificação, de facto, da taxa de convertibilidade entre capital cultural e capital econômico). As estratégias de reconversão do capital econômico em capital cultural, que estão entre os fatores conjunturais da explosão escolar e da inflação de diplomas, são comandadas pelas transformações da estrutura das oportunidades de lucro asseguradas pelas diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 2002, p. 79).

Embora longo, consideramos necessário trazer esse trecho para o corpo da pesquisa, e, a partir dele, pensar na função do estado institucionalizado do capital cultural (o diploma) para a sociedade contemporânea. Parece-nos, que a entrada do discurso do capital humano no cenário educacional transformou o conhecimento em uma espécie de mercadoria de troca e, cada vez mais, nos afastamos do caráter de transformação do ato educacional. As relações humanas tornaram-se meras relações mercantis. Cada vez menos encontramos nas universidades e outras instituições de educação, pessoas ávidas por conhecimento. Deparamo-nos, sim, todo o tempo, com consumidores de ideias acadêmicas, que enxergam o conhecimento como produto para consumo e não como uma nova forma de enxergar o mundo. Qual o impacto que essa relação com a educação e o conhecimento tem causado nas pessoas? Olgária Matos (2006, p. 17) argumenta que

> Ao preterir a educação humanista - que encontrava no livro sua vitalidade -, a educação exige hoje a habilitação pragmática e a adaptação dos indivíduos às contingências do mercado, criando a figura do "especialista" - especialista que transmite a crença na "infalibilidade" ou na "certeza" de seu fazer restringindo o pensamento à apologia dos fatos como única dimensão importante do conhecimento -, ou criando a figura do "fracassado"- o inadaptado que passa à condição de "eterno necessitado", socorrido pelo favor do Estado ou pela filantropia de instituições humanitárias (Ibidem, p. 17).

A consequência tem sido a formação padronizada (imaginemos como uma linha de produção) de intelectuais que se sentem senhores de determinado saber (afinal, são juridicamente garantidos pelo diploma no qual investiram), aplicando métodos legitimados convencionalmente. Observamos uma ávida busca por mais especializações, diplomas e certificados para produzir sempre mais que outro e assim conseguir se manter no mercado de trabalho. Enquanto indivíduos "se esforçam" para crescer cada vez mais individualmente, movidos pelo estímulo da competitividade, nossa sociedade está carente de sujeitos criativos, de novas ideias que possam conduzir para uma libertação coletiva.

Matos (2006, p. 15-16) ainda chama a nossa atenção para percebermos que a mídia (tanto a informativa quanto a de entretenimento) objetiva atrair o público

consumidor para "consumir também os seus valores: ideologia da facilidade, rapidez na captação da mensagem, confisco do tempo da reflexão". A autora considera que esses valores "dominam e passam a impregnar a cultura e a educação através da simbiose entre mídia e indústria cultural".

Acreditamos que os processos de industrialização da cultura para saturação da consciência se tornaram eficazes a ponto de deformar as nossas consciências e a nossa capacidade cognitiva. Nas salas de aulas, espaço consagrado para promoção de reflexões críticas e diálogos, cada vez mais se amplia o eco da voz solitária do professor.

Depois de dialogar com todos os autores citados no corpo do trabalho, nós nos damos conta que o processo de formação de capital humano dos indivíduos inicia-se antes mesmo que o sujeito chegue ao cenário escolar (a escola, neste sentido, seria um espaço de consolidação apenas). O trabalho massivo de saturação da consciência a ponto de naturalizar a concepção da educação como essencial para inserir-se no mercado de trabalho modificou a relação dos sujeitos com o conhecimento. A ideia de um mundo já pronto remete a uma relação de consumo com o conhecimento. Esse que deveria ser instrumento de transformação do mundo tornou-se apenas uma forma de se adaptar a ele e conquistar um espaço no mercado de trabalho.

Será que esse consenso já foi tão saturado que não podemos nos enxergar para além de acumuladores de capital? Se a escola é um espaço de contradições, não poderíamos através dela, promover estratégias para elucidar os sujeitos da condição de capital humano para efetivamente exercer seu papel de cidadania? São essas as questões que a partir de agora norteiam nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Educação e poder.** Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder:** introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1982.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas, p. 169-214. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MATTOS, Olgária. **Discretas esperanças.** São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**: Investimentos em Educação e Pesquisa. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

ABSTRACT: This work is part of a research that culminated in the work of conclusion of course in Psychology "Construction of critical subjects in the school scene", and deals with the pre-theoretical consensus of the school as a space for training the labor force to enter the market of work. We assume that this consensus is rooted in the "human capital" theory developed by Theodore Schultz. This theory is confronted with the reflections of Aple, who believes that the problems faced by Education are not merely linked to economic aspects and refer to elements of a structural crisis (that is, a political and cultural / ideological crisis) . In this direction, the work unfolds to try to understand how a society disseminates its dominant culture and its effects on the consciences and the critical capacity of the subjects.

Keywords: Education; human capital; formation; cultural industry.

ARTIGO

O discurso sobre a depressão na pós-modernidade

FELIPE BARBOSA DA SILVA

ISSN 2318-3985 Volume 6 Número 11 Jan - Jun 2018

O DISCURSO SOBRE A DEPRESSÃO NA PÓS-MODERNIDADE*

Felipe Barbosa da Silva

Graduado em Psicologia pela UNIABEU Centro Univeristário

RESUMO: A partir de uma revisão bibliográfica, abordamos algumas práticas discursivas sobre a depressão enquanto um sintoma social da pós-modernidade. Consideramos que as discussões sobre essa patologia estão inseridas na lógica do capitalismo neoliberal que preconiza a avaliação constante dos sujeitos pela sua capacidade produtiva. Nossos resultados apontam que a lógica diagnóstica vigente segrega o deprimido, e faz com que este ingresse em um outro mercado consumidor, a saber, o de medicamentos, que teriam como objetivo aplacar o mal estar experimentado pelo sujeito. Por sua vez, o modo de funcionamento de si enquanto empresa, característica da sociedade atual, impõe aos sujeitos normativas de gozo que acabam por inflacionar os diagnósticos de depressão. Concluimos que a articulação entre a indústria farmacêutica e a lógica diagnóstica vigente faz com que os afetos dos sujeitos passem por um amplo processo de medicalização, tendo como objetivo reinseri-los na sociedade do consumo.

Palavras-chave: Depressão; Desejo; Discurso capitalista; Pós-modernidade.

Introdução

No presente artigo, pretenderemos abordar algumas práticas discursivas em torno da depressão na pós-modernidade. Para isso, recorremos a autores que falam sobre essa psicopatologia dentro de duas grandes de tradições de pensamento: a psiquiatria e a psicanálise. Nosso objetivo não é fazer uma oposição meramente reducionista de nenhuma das abordagens que serão aqui apresentadas. Pelo contrário, pretendemos demonstrar como estas abordagens circunscrevem a depressão em torno de uma narrativa diagnóstica diferenciada que demonstra uma visão de mundo em torno do tema, a primeira fundada em pressupostos biológicos e a segunda em um desamparo fundamental do sujeito.

Tomaremos a depressão enquanto um sintoma social da pós-modernidade, sendo tributária de uma inserção cada vez maior do discurso psiquiátrico no dia a dia dos sujeitos pós-modernos, fazendo com que os mesmos adaptem-se a esse discurso, e como defende Dunker (2015) tomem o diagnóstico considerado como natural e por vezes desejado. A isso soma-se a inflação da oferta de medicamentos antidepressivos no mercado e uma inflação das pesquisas, fundamentadas sobretudo nos saberes neurocientíficos, conforme demonstra Birman (2016).

Gostaríamos de destacar que a nossa tarefa é olhar com certa estranheza para todos esses eventos, e, sobretudo, questionar como a depressão tornou-se uma forma de expressão privilegiada do mal-estar da pós-modernidade. Para isso, propomos

* Artigo baseado na monografia "É proibido sofrer? Reflexões sobre o aumento dos diagnósticos de depressão na pós-modernidade" apresentada como trabalho de conclusão de curso de Bacharel em Psicologia pela UNIABEU Centro Universitário, em 2017. A pesquisa foi orientada pelo Prof. Dr. Acyr C. L. Maya, docente da instituição.

algumas questões: a que se deve tal aumento? Existiriam, conforme demonstra Kehl (2009) condições sociais para a transmissão da depressão? Tais condições não seriam tributárias de um discurso psiquiátrico cada vez mais presente no cotidiano dos indivíduos? Qual o lugar da psicanálise frente a tais discursos? São essas indagações que pretendemos responder, expondo as pistas fornecidas pelos autores inseridos no campo da psicanálise.

Racionalidade diagnóstica e psicopatologia pós-moderna

Para que possamos considerar a depressão como um sintoma social, temos de levar em consideração que as discussões sobre essa patologia estão inseridas em um campo que preconiza a avaliação constante dos sujeitos pela sua capacidade produtiva. A depressão enquanto sintoma social é subordinada a racionalidade diagnóstica vigente na pós-modernidade, que delega ao sujeito imposições normativas de gozo e de felicidade (KEHL, 2009). Nesse sentido, o mercado de consumo de medicamentos é marcado por um mercado anterior: o mercado de consumo de diagnósticos. Procuraremos mostrar como se dá esta relação estabelecida e mediada, sobretudo pela indústria farmacêutica.

Iniciamos nossa exposição com os argumentos levantados por Birman (2016) que investiga o lugar ocupado pela psicopatologia e consequentemente pela psiquiatria na pós-modernidade. O autor mapeia as mudanças ocorridas na forma da psicopatologia atual conceber as enfermidades psicológicas. De acordo com ele, atualmente temos o estudo de três grandes síndromes que estão interrelacionadas entre si, são elas: a depressão, a síndrome do pânico e as toxicomanias.

Disso decorre uma virada na forma pela qual a psiquiatria concebe o sofrimento dos sujeitos que são diagnosticados por ela. Esse interesse demonstra uma dimensão histórica presente nas discussões tanto da psiquiatria quanto da psicopatologia, ou seja, em determinadas épocas, determinadas patologias tomam a frente de outras, constituindo-se, um campo de interesse mais específico dentro das discussões destes campos do saber (BIRMAN, 2016). Entretanto, para o autor, isso não significa que a depressão junto com a síndrome do pânico e as toxicomanias, tenha sofrido um grande aumento, no sentido epidemiológico:

> Antes de mais nada, **não se pode dizer que o interesse da psicopatologia por aquelas perturbações mentais seja uma decorrência direta de seu aumento no sentido estreitamente epidemiológico**. Não existe um aumento daquelas perturbações de uma maneira homogênea. Pode-se afirmar seguramente que existe um crescimento significativo das toxicomanias nas últimas décadas no Ocidente. Além disso, se constituíram novas modalidades de toxicomanias anteriormente inexistentes. Isso é perfeitamente constatável pelas pesquisas epidemiológicas e pela experiência clínica. Em contrapartida, o mesmo não acontece com as depressões ou com a síndrome do pânico. **Existe, pois, uma**

> **evidente assimetria, do estrito ponto de vista epidemiológico, entre as toxicomanias e as depressões e a síndrome do pânico, na medida em que as primeiras aumentam de forma significativa, mas o mesmo não se pode dizer das demais** (BIRMAN, 2016, p. 191, grifo nosso).

Um fator que parece-nos ser extremamente decisivo para o aumento dos diagnósticos de depressão, sobretudo na pós-modernidade, é o fato da psiquiatria ocupar um lugar de destaque socialmente estabelecido. Cercado pelas grandes exigências de produtividade que a todo o momento são colocadas para si, o sujeito pós-moderno parece recorrer aos medicamentos como uma forma de dar conta do mal-estar que é subjacente a tais exigências. Pelo fato de ser diariamente medido pela sua capacidade de produção e consumo, e consequente ostentação de felicidade, os sujeitos ditos deprimidos passam a ser rechaçados na cena social pós-moderna. A lógica diagnóstica pós-moderna procura sempre **gerir o sofrimento dos sujeitos**, medicando-os para que os mesmos possam rapidamente reingressar no mercado de bens e consumo (DUNKER, 2015).

Retomando as análises de Birman (2016), percebemos uma virada no modo de produção diagnóstica na pós-modernidade. Para ele atualmente vivenciamos uma nova fase da psiquiatria onde privilegia-se o agrupamento dos sintomas do sujeito em grandes síndromes, dispensando-se as concepções etiológicas que tinham grande relevância em momentos anteriores. Com isso, o foco da terapêutica não está mais centrado na eliminação do mal-estar do sujeito, mas sim encontra-se na gestão desse mal-estar:

> Revela-se, então, uma estratégica mudança da medicina frente ao mal-estar corpóreo em sua diversidade. Não se pretende mais a **cura**, no sentido clássico da medicina clínica, mas apenas a **regulação** do mal-estar. Por isso mesmo, o medicamento se transforma no vetor da nova construção nosográfica, pois aquele seria o eixo da regulação corpórea. Assim, a leitura do mal-estar corporal assume uma direção totalmente **funcional** e não mais etiológica. Além disso, as dimensões da **história** do **enfermo** e do **tempo da doença** se transformam em questões secundárias diante do investimento realizado no disfuncionamento corpóreo e espacial da enfermidade. Enfim, o novo discurso da medicina é centrado nos **acontecimentos** corporais marcados pela sua **pontualidade** temporal (BIRMAN, 2016, p. 197-198, grifos do autor).

Nesse novo contexto o medicamento que é prescrito após o preenchimento de uma série de critérios diagnósticos, é visto como uma nova forma de gerir o mal-estar dos sujeitos na pós-modernidade. Toda essa nova concepção de produção e gestão do sofrimento passa pela busca incessante de inserção, no que Birman (2016)

chama de cena social narcisista[1]. Nesta os sujeitos são convidados a todo o momento a apresentarem-se como capazes de produzir outras formas de ser e estar no mundo, marcadamente voltadas pela nova lógica do capitalismo neoliberal, que preconiza que os sujeitos devem estar cada vez mais aptos a ingressarem no mercado de consumo, ainda que seja o mero consumo de medicamentos.

Com isso ele aponta o fato das subjetividades pós-modernas serem completamente voltadas para seu exterior. Isso ocorre pois atualmente vivemos em um modelo social que privilegia a exterioridade em detrimento da interioridade (BIRMAN, 2016). Isso significa dizer que o sujeito é frequentemente convocado a adaptar-se a uma volatilidade cada vez maior das configurações sociais, que apresentam outras exigências, e eles devem responder de forma rápida e da melhor maneira. Nesse contexto "a oposição dentro de si e fora de si perde o poder simbólico de delinear os territórios e os limites entre o sujeito e o outro" (BIRMAN, 2016, p. 203).

Tudo isso, no entender do autor, faz com que haja um apagamento das noções de história e temporalidade, uma vez que estas passam a ser permeadas pelo instante do contato do sujeito com o objeto de consumo que lhe é ofertado. Isso também provoca uma mudança nas concepções da psicopatologia vigente, pois as noções de temporalidade e história do sujeito passam a ter sua importância minorada frente ao agrupamento dos sintomas em síndromes (BIRMAN, 2016). Nesse sentido, ele afirma que "enfim a noção de memória se evapora progressivamente, em um mundo subjetivo especializado, em que a historicidade e a temporalidade não importam mais" (BIRMAN, 2016, p. 203).

Segundo Dunker (2015), os diagnósticos tem ocupado um lugar de destaque na pós-modernidade sendo uma maneira do sujeito nomear seu mal-estar, dando sentido a sua produção sintomática sendo enquadrado em um conjunto de signos terapêuticos pré-determinados pelos manuais de psiquiatria atualmente vigentes. Nesse sentido, diagnosticar tornou-se função mais ou menos desejada na pós-modernidade. O diagnóstico possibilita que o sujeito tenha uma espécie de destino para o seu mal-estar, pois ao entrar na lógica diagnóstica, ele também é introduzido em uma terapêutica que possibilita a criação de uma narrativa sobre seu sofrimento. Com isso, temos certa rigidez diagnóstica, pois todas as vezes que o sujeito apresenta alguma dificuldade de inserir-se na lógica do consumo vigente na pós-modernidade, são criados discursos que visam enquadrá-lo novamente no mercado, fazendo com que ele rapidamente volte ao estado de "normalidade", ou melhor, de produtividade (DUNKER, 2015):

1 Baseado nas reflexões que são trazidas por Debord e Lasch, Birman (2016) afirma que na pós-modernidade vigora uma nova circulação de valores, que afetam diretamente a maneira pela qual as psicopatologias se manifestam. Centrados pelos ideais de consumo e pelo individualismo vigente, temos uma nova configuração que implica medir o indivíduo pela capacidade que ele tem de se apresentar socialmente, colocando-se como centro de todas as ações. É a essa outra forma de configuração social que o autor chama de cena social narcisista, uma vez que no seu entender os ideais de coletividade não ocupam mais o lugar de destaque. Tudo isso tem implicações diretas na forma pela qual os sujeitos relacionam-se socialmente. Para Birman, "nessa medida, o sujeito é regulado pela performatividade mediante a qual compõe os gestos voltados para a sedução do outro. Este é apenas um objeto predatório para o gozo daquele e para o enaltecimento do eu" (BIRMAN, 2016, p. 201).

> Nossos diagnósticos tipo DSM são aqueles que interessam à razão securitária, à economia social do risco, aqueles que implicam a função do Estado, aqueles que segregam as crianças que não aprendem. Tais diagnósticos estão ficando cada vez mais sólidos. E é uma solidez que não se desmancha no ar, que produz um tipo de convicção, de práticas de consumo, de autorização de modulação química de experiências subjetivas jamais vista. Não só psiquiatras e gestores de saúde, mas toda sorte de pessoas e formas de vida está sujeita a essa abrupta inversão foraclusiva. Tudo bem, tudo líquido até que você toque nas questões normativas da interpretação da modernidade. tudo bem, tudo líquido, tudo desconstrutivo, tudo nietzchiano até que você toque em questões administrativas da escola. Então, o que aparece é a violência sólida dos diagnósticos concentracionários. Chamo diagnósticos concentracionários essa forma de diagnósticos que esqueceu sua própria história, que se constrange a seguir normas de uma redução administrativa da experiência do mal-estar ao sofrimento e do sofrimento ao sintoma (DUNKER, 2015, p. 189).

Trata-se de uma estratégia de nomeação do sofrimento dos sujeitos a partir de uma dada concepção psiquiátrica, que reforçada pelo estilo de produção capitalista, captura o sujeito e o insere em uma relação de causa e efeito que desconsidera todo o seu relacionamento com o social, e as possíveis implicações deste em seu psiquismo. Gostaríamos de ressaltar que não se trata aqui de propor uma sociologia do sofrimento, mas sim de lançar algumas reflexões sobre a invasão do mercado farmacêutico no imaginário social em torno do sofrimento psíquico. Nesta perspectiva, a lógica diagnóstica vigente na pós-modernidade segrega o deprimido, colocando-o como uma espécie de grupo que necessita ser curado. Ressaltamos que na perspectiva que estamos trabalhando, a cura aqui não significa a eliminação do sintoma, mas sim uma gestão do sofrimento daqueles que se apresentam à psiquiatria e as suas atuais configurações, baseadas sobretudo nas contribuições da psicopatologia.

Mal-estar na civilização e lógica diagnóstica: como transformar em patologia o desamparo?

Exploraremos uma forma muito comum de organização da sociedade pós-moderna, procurando investigar como ela se manifesta nos sujeitos e se tal modo de organização social também poderia contribuir para um aumento significativo das taxas de depressão na atualidade. Trata-se do que o filósofo brasileiro Vladimir Safatle denominou de **lógica empresarial de si.** Procuraremos expor de uma maneira sintetizada como se dá este modo de organização, que nas palavras dele dizem respeito a forma predominante de funcionamento social na pós-modernidade.

Em seu livro **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**, o filósofo procura investigar quais os afetos compõe a organização político social da sociedade pós-moderna. Dessa obra, utilizaremos aqui a ideia trazida pelo autor do " ideal de si como empresa". Tal conceito diz respeito a um novo modo de

organização das sociedades neoliberais, nas quais os sujeitos passam a utilizar uma linguagem empresarial até mesmo em seus relacionamentos interpessoais. Palavras como investimento, projetos de vida e metas, passam a fazer parte do cotidiano dos sujeitos que adotam identidades flexíveis (SAFATLE, 2016). Buscando explicar de uma maneira mais detalhada como se dá o mecanismo de funcionamento das identidades flexíveis e como tal modo de organização subjetiva influência no corpo social, o autor afirma que:

> Na verdade, perguntar-se sobre as mutações na corporeidade dos sujeitos seria uma forma de determinar o que são aquilo que poderíamos chamar de "identidades flexíveis", ou seja, identidades que absorvem a dissolução mercantil das determinações de conteúdo (por isso são "flexíveis"), que flertam com a indeterminação mesmo sendo capazes de conservar a **determinação formal de predicação por propriedades** (por isso ainda são "identidades"). Identidades que se expressam em corpos não mais pensados como **lócus** de determinações estáveis de conteúdo. Corpos em mutação e reconfiguração contínua, mas que determinam cada uma de suas figuras sob a forma geral da propriedade, do próprio, da extensão do domínio consciente da vontade. Nossos corpos perderam a qualidade narrativa, eles são habilitados pela violência dos fluxos contínuos codificados pela forma-mercadoria, mas eles ainda sabem contar. Para as sociedades neoliberais, isso basta (SAFATLE, 2016, p. 136, grifos do autor).

Com isso, podemos enxergar nessa passagem trazida pelo autor uma correlação muito direta com a ideia de liquidez trazida por Bauman (2007) que diz respeito ao fato das antigas instituições que antes norteavam a produção de subjetividade dos sujeitos estarem perdendo o lugar de centralidade, o que faz com que os sujeitos utilizem outras formas de produção de sentido. As identidades são cada vez mais permeadas pela ideia de flexibilidade e de adaptação a novas formas de capital, impõem-se nesse nível uma demanda cada vez maior pela produção e pela busca de acumulação de bens de consumo que logo são descartados para que novos bens ocupem seu lugar, típica das sociedades neoliberais contemporâneas. Isso faz com que os sujeitos passem a adaptar-se inclusive subjetivamente a esse modo de funcionamento social, o que faz com que não seja mais possível ingressar em nenhum tipo de relacionamento sem que antes sejam calculados as possíveis perdas e ganhos que o sujeito obterá com o mesmo (SAFATLE, 2016). A nosso ver, com este novo modo de organização do capitalismo, temos uma **mercantilização da subjetividade**.

Uma vez que os sujeitos encontram-se livres para poderem deliberar sobre o modo como conduzirão suas vidas, todo o tipo de sucesso e fracasso são contabilizados como sendo culpa única e exclusiva do sujeito. Isso faz com que não haja mais limites para a acumulação e consequentemente para o gozo dos sujeitos. Coloca-se a demanda de movimento constante para que os mesmos possam estar sempre acompanhando as mutações econômicas.

Com isso, Safatle (2016) aponta ainda que o modo de funcionamento neoliberal ultrapassa o plano meramente econômico, inscrevendo-se no plano dos relacionamentos interpessoais:

> O neoliberalismo não é apenas um modo de regulação dos sistemas de trocas econômicas baseado na maximização da concorrência e do dito livre-comércio. Ele é um regime de gestão social e produção de formas de vida que traz uma corporeidade específica, uma corporeidade neoliberal (SAFATLE, 2016, p. 137).

Nessa lógica é que surge o que Safatle (2015) chama de ideal empresarial de si. Indivíduos autônomos, responsáveis por eleger novos modos de satisfação, absorvem cada vez mais o vocabulário empresarial em seu cotidiano, o que na perspectiva trazida por ele, produz um modo de organização social onde a definição de um limite de até onde o sujeito pode ir, ou seja, um limite para seu consumo, para seu gozo, torna-se para esse sujeito uma espécie de morte social. Isso se dá pelo fato de que ao definir um limite de até onde ir, o indivíduo perde uma série de outras oportunidades que lhe seriam oferecidas pelo mercado cada vez mais volátil de bens de consumo. Para ele isso traz consequências diretas no modo de produção de subjetividade pós-moderna:

> Graças à internalização desse ideal, o risco de insegurança social produzido pela desregulamentação do trabalho foi suplantado pela promessa de plasticidade absoluta das formas de vida, ou seja, tal desregulamentação se traduziu em liberação das potencialidades de construir projetos conscientes de formas de vida, da mesma maneira que a intensificação do desempenho e das performances exigida pelo ritmo econômico neoliberal se transformou em um peculiar modo subjetivo de gozo. Assim, o medo do risco provocado pela insegurança social pode aparecer como "covardia moral" (SAFATLE, 2016, p. 139).

Kehl (2009) também procurou demonstrar que o modo como as sociedades organizam-se, independente do período histórico no qual situam-se, produz sujeitos que estão em "desacordo" com aquilo que as sociedades da qual fazem parte determinou como sendo o bem. Porém para ela, o novo modo de organização das sociedades pós-modernas contribui para que haja um aumento dos números de sujeitos que não estão encaixados nas formas de gozo que são impostas pelos discursos sociais vigentes. É nessa linha argumentativa que ela procura demonstrar como na pós-modernidade temos o aumento dos sujeitos que são classificados como deprimidos.

A nosso ver, a partir da visão trazida pelos dois autores, que o deprimido é aquele que não consegue estar inserido na lógica de si enquanto uma empresa, e que pelo fato de não aderir a essas formas discursivas sobre si, ele acaba por ser excluído das modalidades de satisfação vigentes. Mas isso não impede que a subjetividade depressiva não seja capturada pela lógica do capitalismo. Ao deprimido, este sujeito que causa um grande mal-estar na pós-modernidade foi reservado outro tipo de mercado: o

mercado de consumo exacerbado de diagnósticos, aliado ao mercado de consumo de medicamentos. Isso implica dizer que as formas pelas quais a racionalidade diagnóstica ocupa o terreno social, circunscrevendo a subjetividade dos sujeitos e classificando-as em patologias, faz com que o deprimido esteja alocado em um mercado de consumo muito mais voltado para a lógica da saúde como uma mercadoria, produzindo assim outras formas de consumo.

A medida que a racionalidade econômica vai penetrando cada vez mais na vida dos sujeitos, a organização subjetiva destes também passa a ser afetada por tal modo de funcionamento. Safatle (2016) procura demonstrar que o vocabulário administrativo está cada vez mais presente na vida dos sujeitos. A racionalidade do trabalho é transportada para os relacionamentos afetivos, o que faz com que haja uma naturalização de palavras como "investimento afetivo", como sendo sinônimo de dedicação ao relacionamento. Para o autor, a ideologia do capitalismo assume o seu mais auto grau de desenvolvimento, quando as palavras que escolhemos para descrever nossas ações passam a ser vistas como descrições neutras, que sempre estiveram presentes em nossa linguagem não sendo, portanto datadas historicamente e produtos de uma ideologia dominante. Isso traz impactos diretos para a forma de organização das sociedades, para ele:

> Essa racionalidade própria a uma sociedade organizada a partir da circulação do que não tem outra função a não ser se autovalorizar, que determina as ações dos sujeitos a partir da produção do valor, precisa socializar o desejo levando-o a ser causado pela **pura medida da intensificação**, pelo puro empuxo à ampliação que estabelece objetos de desejo em um circuito incessante e superlativo chamado por Lacan de mais-gozar (SAFATLE, 2016, p. 142, grifo do autor).

De acordo com Safatle (2016) esse outro modo de organização das sociedades neoliberais só foi possível graças a dissolução da estabilidade de antigas instituições que antes poderiam garantir modos de produção de subjetividade relativamente estáveis. Isso não significa dizer que em épocas anteriores não existiam conflitos advindos do modo de organização social, o que se constituiria uma inverdade. Trata-se de apontar como as mutações sociais influenciam a forma pela qual as subjetividades organizam-se, tanto em relação a si, quanto em relação aos outros que fazem parte desse corpo social.

Por conseguinte, flexibilização e replanejamento constante são os novos elementos fundamentais que fazem parte da subjetividade pós-moderna, voltada para os cálculos de risco, gestão de si e procura de formas de satisfação pouco fixas. Tudo isto faz com que os sujeitos pós-modernos neguem normas sociais pré-estabelecidas, pois elas limitariam o gozo dos mesmos e, portanto, prejudicariam o modo de funcionamento de organização social baseado na concorrência e mutação constante do objeto de satisfação dos sujeitos. Este modo de funcionamento social parece ter captado algo de fundamental que faz parte da pulsão dos sujeitos: a indeterminação de um objeto

único e pleno que traria satisfação sem limites (SAFATLE, 2016):

> Por fim é importante salientar que um ideal empresarial de si baseado na dinâmica de maximização de performances exige a flexibilização contínua de normas tendo em vista o crescimento de quem vence relações de concorrência. O sujeito neoliberal é muito mais um agente calculador de custos e benefícios do que um sujeito de quem se espera a conformação às normas sociais. Ele não segue normas positivas, mas calcula resultados e, por isso, flexibiliza normas continuamente. (...) Esse é um ponto importante, pois **é necessário que os sujeitos aprendam a desejar a flexibilização, não apenas devido às promessas de realização e de ganho presentes no capitalismo, mas também devido à tentativa de transformação da flexibilidade em expressão natural da dinâmica pulsional dos sujeitos, à variabilidade estrutural de seus objetos.** Se o neoliberalismo pode contar com o consentimento moral ao risco ligado à precarização resultante de processos de flexibilização próprios a modos intermitentes de trabalho baseados em "projetos", deslocalizações contínuas e reengenharias infinitas, é porque tal flexibilização parece traduzir a pulsão em seu ponto mais insubmisso. Todo consentimento moral fundamenta-se em um consentimento pulsional mais profundo. Assim fica mais fácil marcar toda recusa a ela como covardia moral e infantilismo (SAFATLE, 2016, p.143-144, grifo nosso).

E como esse modo de organização social pode influenciar o aumento das depressões? Quais seriam os sinais que os sujeitos depressivos dariam para que possam ser considerados um grupo que constitui um sintoma social de sua época? E quais os destinos desses sujeitos que não estão dentro dessa lógica?

Por fim, gostaríamos de trazer uma reflexão realizada por Safatle (2015) no programa Café Filosófico[1]. Nesse programa, o filósofo foi questionado sobre os possíveis efeitos desse modo de organização da subjetividade contemporânea na vida dos sujeitos. Para ele, a organização social pós-moderna favorece que tornem-se evidentes sintomas que denunciam que o modo de produção de subjetividade contemporânea é incapaz de ocultar o mal-estar do sujeito em relação ao seu sofrimento.

O modo de funcionamento de si enquanto empresa impõe aos indivíduos o movimento constante, a busca por formas de satisfação que não levam em conta que a insatisfação também estará presente em tal busca. Nesse contexto, temos uma inflação dos diagnósticos de depressão. O filósofo aponta que a Organização Mundial de Saúde mencionam pesquisas que apontam que cerca de 10% da população mundial

1 O programa Café Filosófico é uma série de conferências organizadas pelo Instituto CPFL Cultura que tem como objetivo, a partir das ciências humanas, filosofia, sociologia e ciências naturais, traçar reflexões sobre a contemporaneidade e as formas de subjetivação que ela produz. A referida conferência foi intitulada de "A lógica do condomínio" e faz parte do módulo Mal-estar, sofrimento, sintoma, que teve como curador o psicanalista Christian Dunker.

padeceria desse transtorno. A depressão deixou de ser uma das formas de expressão da neurose, para constituir-se enquanto uma categoria diagnóstica (SAFATLE, 2015). Tudo isso na perspectiva trazida por ele, é tributário do modo de organização social vigente na pós-modernidade, sendo potencializado pelo ideal empresarial de si. Ele afirma:

> Então, dentro dessa nova configuração, onde os elementos se modificam, é muito interessante uma patologia como a depressão. [...] Entramos em um tipo de modelo onde o conflito não se dá mais entre o permitido e o proibido, entre o possível e o impossível, é diferente, o possível e o impossível seria entre "até onde você consegue chegar? Até onde você vai, mas você só chegou até aqui? Mas por que? Você não tem mais nenhuma limitação possível, você pode até onde você quiser". Então, se você fracassou, é culpa única e exclusiva sua, a única culpa é do indivíduo, que recebe toda essa culpa nas suas costas (SAFATLE, 2015, s/pág).

Assim, teríamos uma inflação dos diagnósticos de depressão, pois os sujeitos não seriam capazes de adaptarem-se as normas que lhes são impostas pelo tipo de organização de si enquanto empresa. Deste modo, buscando adaptarem-se a tais demandas, os sujeitos fariam um uso exacerbado de medicamentos ou de outras ferramentas que lhes permitam adaptar-se de maneira mais rápida as exigências que lhes são impostas.

Considerações finais

Gostaríamos de finalizar com uma breve reflexão sobre esse ideal empresarial de si e o aumento da influência social da psiquiatria biológica como sendo uma forma de saber predominante sobre as depressões. A analogia trazida por Safatle (2016) – de pensar as relações que os sujeitos mantêm na pós-modernidade a partir de uma racionalidade empresarial – abre a perspectiva para se pensar a mercantilização da subjetividade pós-moderna. De um modo geral, quando as empresas possuem dificuldades para gerenciar seus processos, tendo por consequência muitas perdas, são contratados consultores para que eles possam avaliar tais processos e proporem novas soluções.

Assim, a nosso ver, a medicalização do sofrimento psíquico pode ser vista de uma maneira aproximada. Os sujeitos, aqui vistos como empresas, possuem dificuldades de adaptarem-se as normas de flexibilização e busca incessante pela felicidade, produzindo com isso formas de sofrimento características desse modelo de funcionamento social. Nessa perspectiva a psiquiatria biológica é alocada no lugar de consultora sobre o sofrimento desses sujeitos, e por isso deve fornecer respostas rápidas e cada vez mais "eficazes" para solucionar esse problema de funcionamento social. Isso também pode explicar porque nessa vertente a clínica é relegada ao segundo plano, pois a demanda é por medicamentos que devolvam ao deprimido o seu funcionamento dito normal, o que implica a aceitação de normas de produtividade e flexibilidade exigidas pelo capitalismo atual.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BIRMAN, Joel. **Mal-Estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

DUNKER. Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões.** São Paulo: Boitempo, 2009.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** 2ª ed. revisada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SAFATLE, Vladimir. A lógica do condomínio. Palestra no Café Filosófico. São Paulo, 2015. 1h:44min 22s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G9s-J_Uy0Js&t=5534s. Acesso em: 12/11/2017.

Abstract: In this article, based on a bibliographical review, we discuss some discursive practices about depression as a social symptom of postmodernity. We consider that the discussions about this pathology are inserted in the logic of neoliberal capitalism that advocates the constant evaluation of the subjects by their productive capacity. Our results point out that the current diagnostic logic segregates the depressed, and causes it to enter into another consumer market, namely, that of drugs, which would have the objective of appeasing the malaise experienced by the subject. On the other hand, the way of functioning of oneself as company, characteristic of the present society, imposes to the normative subjects of enjoyment that end up inflating the diagnoses of depression. We conclude that the articulation between the pharmaceutical industry and the current diagnostic logic makes the subjects' affections go through a broad process of medicalization, with the objective of reinserting them into the consumer society.

Keywords: Depression; Desire; Capitalist speech; Postmodernity.

ARTIGO

O brinquedo e suas impliações no desenvolvimento infantil na perspectiva da psicologia histórico-cultural

JULIANE RODRIGUES NASCIMENTO

ISSN 2318-3985 Volume 6 Número 11 Jan - Jun 2018

O BRINQUEDO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL
NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Juliane Rodrigues Nascimento
Psicóloga graduada pela UNIABEU Centro Universitário.

RESUMO: *O presente artigo tem como objetivo discutir as implicações do brinquedo para o desenvolvimento infantil, segundo a perspectiva vigotskiana. Para isso, é feita uma conceituação do brinquedo, da brincadeira e dos jogos, e também é descrito o surgimento do brinquedo e sua participação ao longo da história.*

Palavras-chave: *Brinquedo; Desenvolvimento Infantil; Vigotski.*

Apresentação

O presente artigo consiste em uma revisão bibliográfica que busca dissertar sobre as implicações do brinquedo para o desenvolvimento infantil. Para isso, inicialmente é feita uma conceituação do brinquedo, da brincadeira, e dos jogos, a fim de que haja uma diferenciação clara de ambas as coisas, e uma melhor compreensão daquilo que o Vigotski chama de brinquedo. Posteriormente, também é descrito o surgimento do brinquedo e a sua participação na história. O conceito de infância dentro da perspectiva histórico-social também é um assunto apresentado nesse artigo, e, então discorremos sobre o desenvolvimento infantil sob o ponto de vista da psicologia histórico-cultural, tendo como base o pensamento de Vigotski e o seu conceito de zona de desenvolvimento proximal, onde se apresenta como o brinquedo vem participando como um objeto de estimulação ou como um instrumento de avaliação do desenvolvimento infantil.

Conceituando o brinquedo, a brincadeira e o jogo

Segundo Cordazzo et al. (2007), os conceitos de brinquedo, brincadeira e jogo se confundem, e a forma como esses termos são utilizados varia de acordo com o idioma utilizado. Apesar do brincar e o jogar caracterizarem a ação lúdica infantil, no brincar está implícita a ideia de uma atividade lúdica não estruturada, enquanto que os jogos estão relacionados com as regras, e "as regras dos jogos têm relação íntima com as regras sociais, morais e culturais existentes" (CORDAZZO et al., 2007, p. 92). Diante disso, notamos que "definir o que é brincadeira não é uma tarefa simples, pois o que pode ser considerado como brincar, em determinado contexto, pode não o ser em outros" (CORDAZZO et al., 2007, p. 91).

Ainda de acordo com os autores, para Vigotski o brinquedo nasce de um desejo frustrado pela realidade, sendo as características sociais que vão determinar a ação da criança no brinquedo, e a brincadeira, ainda que não seja estruturada, possui regras. Dessa forma, a função do brinquedo seria o de estimular a brincadeira. Com isso, vemos que a forma como se conceitua o brinquedo depende da perspectiva utilizada pelo autor. "[...] a brincadeira é uma atividade espontânea e que proporciona para a criança condições saudáveis para o seu desenvolvimento biopsicossocial" (CORDAZZO et al., 2007, p. 91).

O brinquedo ao longo da história

Segundo Lira (2009), até o século XVIII não havia comércio de brinquedos, os comerciantes desse tipo de produto foram surgindo aos poucos. Além disso, muitos brinquedos que são mais recentes sofreram inovações e foram adaptados, mas tiveram a sua origem nos tempos antigos, contudo permaneceram até a atualidade. De acordo com a autora:

> No século XVIII inicia-se a especialização do brinquedo, afastando-o das suas origens simples e cotidianas. Neste percurso, a partir do século XIX a fragmentação da produção dos produtos passa a operar na fabricação dos brinquedos, revelando sua transformação sob o efeito da industrialização (LIRA, 2009, p. 510).

Benjamin (2009) menciona que Karl Grober, em sua obra **Brinquedos infantis de velhos tempos**, dedicou-se ao estudo da história do brinquedo e descreveu a Alemanha como o centro espiritual do brinquedo. Segundo esse autor, de início, os brinquedos não foram criados por fabricantes especializados, mas tiveram a sua origem nas oficinas de entalhadores em madeira e de fundidores de estanho. Ao longo do século XVIII tivemos os primórdios de uma fabricação especializada. Mas, os brinquedos eram um tipo de produto secundário nas oficinas manufatureiras, que tinham de seguir as restrições dos estatutos corporativos e, por esse motivo, só podiam fazer a fabricação de produtos do seu setor. Assim, "antes do século XIX, a produção de brinquedos não era função de uma única indústria" (BENJAMIN, 2009, p. 90).

O conceito histórico-social de infância

De acordo com Lins et al. (2014), a história da construção do conceito de infância avançou com as pesquisas de Philippe Ariès, que fez a publicação do livro **História Social da Criança e da Família**, em 1960, e trouxe um novo modo de ver o sentimento de infância, demonstrando que esse conceito foi socialmente construído durante a época moderna. De acordo com o autor:

> Segundo relata Ariès (1981), a infância foi um conceito historicamente construído e a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como um adulto em miniatura (LINS et al., 2014, p.128).

Ariès (2012) alega que, até o século XII, aproximadamente, a infância era desconhecida pela arte medieval, que não tinha nem se quer a pretensão de representá-la. Uma miniatura do século anterior, por exemplo, demonstra a deformação que o artista tinha dos corpos infantis. No tema sobre a cena do Evangelho em que Jesus solicita que deixem vir até ele às crianças, "o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente reproduzidos numa escala menor [...]" (ARIÈS, 2012, p.17).

Segundo Barros (2009), no século XV, o surgimento da prensa tipográfica, contribuiu para o advento do conceito de infância, pois, houve uma transformação da concepção que havia até o presente momento sobre a idade adulta. Uma nova simbologia estava sendo inserida, a escrita e a leitura, e era destinada ao adulto. Assim, a criança foi separada do mundo dos adultos, e, houve o surgimento de outro habitat, a infância. De acordo com a autora:

> É nesse período que se inicia, ainda de maneira muito rudimentar, uma preocupação com as crianças e suas particularidades, porque a prensa tipográfica veio proporcionar a evolução de vários conceitos relacionados à criança e ao seu desenvolvimento. Os registros escritos e a arte pictográfica passam a retratar as crianças em suas obras, destacando suas principais atividades: as brincadeiras e os brinquedos (BARROS, 2009, p. 82-83).

Assim, para Barros (2009), o percurso do advento do conceito de infância teve relação com o próprio surgimento do brinquedo e ao modo como eles foram adquirindo relevância para a criança. Foi assim que a singularidade da infância passou a ser percebida.

O desenvolvimento infantil na perspectiva da psicologia histórico-cultural

Segundo Lucci (2006), a teoria histórico-cultural, ou sociocultural, também conhecida como abordagem sócio-interacionista do psiquismo humano de Lev Vigotski, vê o homem como um ser histórico-cultural, moldado pela própria cultura que criou, sendo determinado pelas interações sociais, cujo desenvolvimento metal é sociogenético, que vai desde a "filogênese (origem da espécie) para a sociogênese (origem da sociedade); da sociogênese para a ontogênese (origem do homem) e da ontogênese para a microgênese (origem do indivíduo único)" (LUCCI, 2006, p.5). Pois, para Vigotski o desenvolvimento mental se dá pela interiorização das funções psicológicas, "essa interiorização não é simplesmente a transferência de uma atividade externa para um plano interno, mas é o processo no qual esse interno é formado" (LUCCI, 2006, p.8).

Para Oliveira (1997), Vigotski deu grande relevância ao outro e ao social, no desenvolvimento, que culminou num conceito central de sua teoria, a zona de desenvolvimento proximal, que é um conceito essencial para compreender o pensamento de Vygotsky sobre a relação entre o desenvolvimento e o aprendizado. Vigotski define a zona de desenvolvimento proximal da seguinte forma:

> Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VIGOTSKI, 2007, p. 97).

Segundo Alves (2005) o desenvolvimento psicológico é definido pelo nível atual e individual, potencial e social, "o nível social é constitutivo do desenvolvimento psicológico e seu fator dinamizador" (ALVES, 2005, p.12). Assim, o diagnóstico do desenvolvimento deve ter um caráter dinâmico, devendo-se levar em consideração não apenas os seus frutos, mas também os seus brotos. Para Vigotski, o diagnóstico do desenvolvimento deve "levar em conta o passado, o presente e futuro do desenvolvimento" (ALVES, 2005, p.12). Com isso, devemos sondar o nível de desenvolvimento atual da criança, mas, também, olhar as funções que ainda não concluíram o seu desenvolvimento. Para o autor:

> O desenvolvimento da criança é um processo de mudança constante. Cabe perguntar se pode o desenvolvimento ser determinado apenas por algum nível existente, ou seja, pelo nível daquilo que a criança pode fazer hoje, daquilo que a criança sabe hoje. Isso significa admitir: o desenvolvimento se realiza sem qualquer preparação, só começa quando se torna visível. Mas, na prática é claro que sempre existe preparação, que o desenvolvimento e os processos na criança passam por um original período embrionário. Exatamente como a existência da criança começa não no momento de seu nascimento, mas da concepção, o nível do seu desenvolvimento é, em essência, preparado. No fundo determinar o desenvolvimento da criança pelo nível do que hoje está madurecido significa renunciar a concepção do desenvolvimento infantil (ALVES, 2005, p. 12).

Oliveira (1997) menciona que a modificação do desempenho de uma criança pela interferência do outro é essencial na teoria de Vygotsky e representa um momento do desenvolvimento. Pois, algumas crianças não são capazes de desempenhar determinadas tarefas mesmo com ajuda, e, portanto, é imprescindível que o indivíduo esteja em certo nível de desenvolvimento para que possa ser favorecida pela colaboração. "A ideia de nível de desenvolvimento potencial capta, assim, um momento do desenvolvimento" (OLIVEIRA, 1997, p. 60). Dessa forma, para Vigotski:

> A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas "brotos" ou "flores" do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto

> a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente (VIGOTSKI, 2007, p. 98).

De acordo com Rego (1995), Vigotski atribuiu grande importância à interação social para o desenvolvimento humano. Pois, acredita que o processo de desenvolvimento é socialmente constituído. Assim, para ele, a maturação biológica é um aspecto secundário do desenvolvimento humano, que depende da interação da criança com a cultura. Assim, "o desenvolvimento está intimamente relacionado ao contexto sociocultural em que a pessoa se insere e se processa de forma dinâmica (e dialética) [...]" (REGO, 1995, p.58).

As implicações do brinquedo para o desenvolvimento infantil

Oliveira (1997) aponta que a relação do brinquedo com o desenvolvimento infantil foi uma questão estudada por Vigotski, mas, ao falar sobre o papel do brinquedo no desenvolvimento, ele deu destaque ao "faz de conta". A autora menciona, também, que no brinquedo a criança vai agir no campo do imaginário, onde o brinquedo será definido pelo significado e não pelos elementos concretos presentes na situação do brincar. De acordo com a autora:

> Ao brincar com um tijolinho de madeira como se fosse um carrinho, por exemplo, ela se relaciona com o significado em questão (a ideia de "carro") e não com o objeto concreto que tem nas mãos. O tijolinho de madeira serve como uma representação de uma realidade ausente e ajuda a criança a separar objeto e significado. Constitui um passo importante no percurso que a levará a ser capaz de, como no pensamento adulto, desvincular-se totalmente das situações concretas. O brinquedo provê, assim, uma situação de transição entre a ação da criança com objetos concretos e suas ações com significados (OLIVEIRA, 1997, p. 66).

Para Vigotski (2007), o prazer não pode ser o aspecto que caracteriza o brinquedo, pois existem outras atividades que podem proporcionar muito mais satisfação à criança do que o brinquedo e, dependendo da brincadeira, o resultado final pode até ser insatisfatório. Mas, o brinquedo sempre envolve uma situação imaginária sendo regulada por regras, de modo que, sempre que há imaginação no brinquedo, as regras de comportamento também estão incluídas. Por exemplo, "a criança imagina-se como mãe e a boneca como criança e, dessa forma, deve obedecer às regras do comportamento maternal" (VIGOTSKI, 2007, p.110). Para o autor:

> No brinquedo, no entanto, os objetos perdem a sua força determinadora. A criança vê um objeto, mas age de maneira diferente em relação aquilo que vê. Assim, é alcançada uma condição em que a criança começa a agir independente daquilo que vê. [...] O brinquedo fornece um estágio de transição nessa direção sempre

> que um objeto (um cabo de vassoura, por exemplo) torna-se o pivô dessa separação (no caso, a separação entre significado "cavalo" do cavalo real) (VIGOTSKI, 2007, p. 114-115).

Vigotski (2007) declara que assim como significado e objeto se separam no brinquedo, o mesmo ocorre com a ação. Significado e ação se desconectam quando, por exemplo, a criança bate o pé no chão e imagina-se cavalgando, nesse caso, a ação fica em segundo plano se comparada ao significado e ambos se separam. Por isso, "é enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento de uma criança" (VIGOTSKI, 2007, p.112). O comportamento da criança no cotidiano é diferente do comportamento no brinquedo, pois a ação depende do significado no brinquedo, mas no dia-a-dia não. Além disso, o brinquedo passa por mudanças. A princípio é uma situação imaginária em que a criança reproduz uma situação real, mas, posteriormente, a criança passa a realizar seus propósitos no brinquedo. Para o autor:

> O brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal. No brinquedo a criança se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário; no brinquedo, é como se ela fosse maior do que é na realidade. Como no foco da lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo, ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento (VIGOTSKI, 2007, p. 122).

De acordo com Sousa (2001), na teoria vigotskiana, a zona de desenvolvimento proximal é um conceito chave para compreensão do seu pensamento, sendo definida como o percurso do desenvolvimento das funções cognitivas desde o seu surgimento até o estabelecimento do nível de desenvolvimento real. Assim, "o papel da brincadeira no desenvolvimento infantil seria então o de possibilitar o surgimento e o amadurecimento das diversas funções cognitivas, permitindo dizer que a criança aprende brincando" (SOUSA, 2001, p. 192). No brinquedo a criança separa ação e significado, isso permite que a criança amplie o campo de significados, podendo agir além de sua percepção imediata, o que a leva a criança em direção à abstração.

Considerações finais

De modo geral, o brinquedo, a brincadeira e o jogo são definidos como um aspecto lúdico da infância, porém algumas características os distinguem. A brincadeira é um tipo de atividade livre, enquanto que os jogos são compostos por regras, e o brinquedo é o objeto que a criança utiliza para brincar. Para Vigotski, o brinquedo, assim como os jogos, tem regras, porém, no brinquedo, as regras estão ligadas ao comportamento, enquanto que nos jogos estão relacionadas à moral social. Na perspectiva da psicologia histórico-cultural de Vigotski, o desenvolvimento tem dois níveis, o real e o potencial, esses níveis caracterizam a zona de desenvolvimento proximal. Segundo essa teoria, o desenvolvimento não pode ser definido apenas por aquilo que a criança já é capaz de fazer de modo independente, mas, também, pelo que consegue realizar, com êxito, quando alguém mais capaz o auxilia.

Assim, o desenvolvimento não começa quando uma criança já sabe fazer determinada coisa. Pois, certas capacidades da criança ainda estão em período embrionário, ou seja, ainda não se desenvolveram completamente, está em um estágio inicial de desenvolvimento, mas que pode, futuramente, dependendo das interações sociais que a criança estabelecer, se tornar algo consolidado. Desse modo, o que hoje está em potência, amanhã pode se tornar em nível de desenvolvimento real. Com isso, vemos que o desenvolvimento se caracteriza pelo que já "floresceu" e pelos "embriões", que podem ou não serem desenvolvidos, dependendo das interações estabelecidas.

Além disso, no brinquedo, a criança torna-se capaz de desvencilhar-se do concreto, pois o objeto e o significado são separados pela criança no brinquedo, assim como a ação. Isso permite que o pensamento da criança seja flexibilizado, o que acaba contribuindo para que a criança exercite, de modo prematuro, uma forma de pensamento abstrato. É como se no brinquedo a criança aprendesse a atuar através de sua cognição, ou seja, a criança aprende a pensar antes de agir, isto faz com que ela acabe indo muito além do esperado.

REFERÊNCIAS:

ALVES, José Moysés. As formulações de Vygotsky sobre a zona de desenvolvimento proximal. **Amazônia**: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, v. 1, p. 11-16, 2005. Disponível em:<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/1466/1869>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

ARIÈS, Philippe. A descoberta da Infância. In:_____. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2012, p.17-31.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. "Olha! É de semente! Minha mãe que me ensinou" – A infância, o brincar e o brinquedo: uma história a contar na psicologia e na educação. In:_____. **Cadê o brincar?**: Da educação infantil para o ensino fundamental [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 81-101. Disponível em: Scielobooks<http://static.cielo.org/scielobooks/bdcnk/pdf/barros9788579830235.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

BENJAMIN, Walter. História Cultural do brinquedo. In:_____. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009, p. 89-94.

CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luís. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.89-101,jun. 2007.Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812007000100009&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 11 julho 2017.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo. Brinquedo: história, cultura, indústria e educação. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 507-525, set./dez. 2009. Disponível

em:<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/17 30/11 6>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

LINS, Samuel Lincoln Bezerra; SILVA, Maria de Fátima Oliveira Coutinho da; LINS, Zoraide Margaret Bezerra; CARNEIRO, Terezinha Féres. A compreensão da infância como construção sócio-histórica. **CES Psicol**, Medellín, v. 7, n. 2, p. 126-137, Dez. 2014. Disponível em:<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011308020140002000010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Agosto de 2017.

LUCCI, Marcos Antonio. A Proposta de Vygotsky: A Psicologia Sócio-histórica. **Revista de currículum y formación Del profesorado**, 10, 2. 2006. Disponível em:<http://www.ugr.es/~recfpro/rev102COL2port.pdf>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Desenvolvimento e aprendizado. In:_____.**Vygostky**: Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Editora Scipione, 1997, p. 56-67.

REGO, Teresa Cristina. O Desenvolvimento Infantil na Perspectiva Sócio-Histórica. In:_____. **Vygotsky**: Uma Perspectiva Histórico-Cultural Da Educação. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995, p. 56-62.

SOUSA, Heloisa Helena Lira de. Vygotsky e o Brinquedo: Corporeidade e Aprendizagem. **Comunicações**, Caderno do Programa de Pós-graduação em Educação, Piracicaba, v. 8, n. 1, p. 192-196, junho de 2001. Disponível em:<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/MetodistaUNIMEP/COMUNICACOES/v08n01/v08n01a13.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In:_____. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 88-105.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. O papel do brinquedo no desenvolvimento. In:_____. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.108-124.

ABSTRACT: The present article is a synthesis of the research that resulted in the monographic work entitled "The toy and its implications for children's development from the perspective of historical-cultural psychology", presented as a work to conclude a degree course in Psychology by UNIABEU Centro Universitário, which aimed to clarify the implications of the toy for child development, according to the Vigotskinian perspective.
Keywords: Toy; Child development; Vygotsky.